

SEGUROS



MÚTUA

Relatório de gestão e contas Consolidado 2021

Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

ÍNDICE

Órgãos Sociais	4
Convocatória da Assembleia Geral	5
1. Enquadramento Económico e Social	6
1.1. A economia portuguesa	7
1.2. A atividade seguradora	7
2. Factos relevantes do Grupo Mútua em 2021	7
2.1. Principais variáveis da atividade consolidada	8
2.2. Área Comercial	8
2.3. Área Técnica	9
2.4. Área de Sistemas de Informação	10
2.5. Área Financeira e de Resseguro	10
2.6. Área de Ação Cooperativa	10
3. A atividade do Grupo Mútua em 2021	11
3.1. Síntese da atividade	11
3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto	12
3.3. Análise da carteira de prémios – Ponto Seguro	14
3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto	14
3.5. Resseguro	16
3.6. Cobranças	16
3.7. Investimentos	17
3.8. Capital Próprio Consolidado	18
3.9. Recursos Humanos	18
3.9.1. Formação	18
3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno	19
3.11. A Cooperativa	19
3.11.1. Segurança Marítima	19
3.11.2. Projetos, Parcerias, Intercooperação e Associativismo	19
3.11.3. Setor Cooperativo e Social	20
3.11.4. Acompanhamento Social	20
3.11.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários	21
3.11.6. Informação e Comunicação	21
3.11.7. Ações de Marketing e Publicidade	21
3.11.8. Coro Grupo Mútua	21
4. Governação	22
4.1. Funcionamento dos órgãos	22
4.2. Representações institucionais	22
5. Política de Remuneração	22
5.1. Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização	23
5.1.1. Conselho de Administração	23
5.1.2. Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas	24
5.1.3. Outros Órgãos Sociais	24
5.2. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave	24
5.3. Política de remuneração dos demais trabalhadores	24
5.4. Avaliação anual da Política de Remuneração	25
5.5. Sumário de Exceções	25
6. Perspetivas para o triénio 2022-2024	25
7. Agradecimentos	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
• Posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2021 e 2020	28
- Ativo	
- Passivo e Capital Próprio	
• Conta de Ganhos e Perdas Consolidado em 31 dezembro de 2021 e 2020	29
• Demonstração das Variações do Capital Próprio em 31 dezembro de 2021 e 2020	30
• Demonstração do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2021 e 2020	31
• Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 dezembro de 2021 e 2020	32

ÍNDICE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Introdução	33
2.	Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas	33
2.1.	Base de preparação	33
2.2.	Base de mensuração	33
2.3.	Moeda funcional e de apresentação	33
2.4.	Políticas contabilísticas significativas	33
2.4.1.	Princípio de consolidação	33
2.4.2.	Participações financeiras em subsidiárias	34
2.4.3.	Transações em moeda estrangeira	34
2.4.4.	Instrumentos financeiros	34
2.4.5.	Terrenos e edifícios de uso próprio	40
2.4.6.	Terrenos e edifícios de rendimento	40
2.4.7.	Outros ativos tangíveis	40
2.4.8.	Imparidade de ativos não financeiros	41
2.4.9.	Loações	41
2.4.10.	Impostos sobre rendimentos	42
2.4.11.	Provisões e passivos contingentes	42
2.4.12.	Benefícios dos empregados	42
2.4.13.	Instrumentos de capital	43
2.4.14.	Caixa e equivalentes de caixa	43
2.4.15.	Resseguro	43
2.4.16.	Valores a receber por operações de seguro	44
2.4.17.	Contratos de seguro	44
2.5.	Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	46
2.6.	Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros	48
3.	Relato por segmentos	51
4.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	53
5.	Ativos financeiros disponíveis para a venda	54
6.	Empréstimos e contas a receber	54
7.	Terrenos e edifícios de uso próprio	55
8.	Terrenos e edifícios de rendimento	56
9.	Outros ativos tangíveis	57
10.	Provisões técnicas de resseguro cedido	58
11.	Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	60
12.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	62
13.	Ativos e passivos por impostos	63
14.	Acréscimos e diferimentos	64
15.	Afetação dos investimentos e outros ativos	65
16.	Provisões técnicas	65
17.	Outros passivos financeiros	69
18.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	69
19.	Acréscimos e diferimentos	70
20.	Capital social	70
21.	Reservas	70
22.	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	70
23.	Custos de exploração	71
24.	Comissões recebidas de contratos de seguro	72
25.	Rendimentos financeiros	73
26.	Gastos financeiros	73
27.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	74
28.	Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	74
29.	Outros rendimentos/gastos	75
29.1.	Rédito de comissionamento	75
30.	Instrumentos financeiros	75

ÍNDICE

31. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros	76
32. Gestão de riscos, objetivos e políticas	80
33. Gestão de capital	88
34. Compromissos e contingências	89
35. Partes relacionadas	89
36. Acontecimentos após a data de balanço	89
37. Outros assuntos	89
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS	91
CLC – RELATO SOBRE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	92

ÓRGÃOS SOCIAIS

Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

José Manuel Jerónimo Teixeira

Vice-Presidente

Marcelo Ferreira Neves

Secretários

Filipa Marta Torres Faria

Agostinho Pereira da Mata

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Paulo Quinzico Delgado

Vice-Presidente

Álvaro José Rocha Bota Guia

Administradores - Efetivos

Arsénio Marques Caetano

Joaquim Manuel Simplício Anacleto

Jerónimo Gomes Viana

José Luís Marques Cabrita

Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Administradores – Suplentes

Renato José Rigueira Rodrigues

Gualberto Costa Rita

Manuel Coentrão Pontes

CONSELHO FISCAL

Presidente

Frederico Fernandes Pereira

Vogais – Efetivos

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

Jorge Serafim Silva Abrantes

Vogais – Suplentes

Ana Cristina Trigueiros da Rosa

Pedro Jorge Ferreira de Moura

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA,
representada por:

Revisor Oficial de Contas – Efetivo

Carlos Manuel Grenha

Revisor Oficial de Contas – Suplente

Maria Balbina Cravo

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E VENCIMENTOS

Presidente

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Vogais

Genuíno Alexandre Goulart Madruga

José Marcelino Correia Castanheira

CONSELHO NACIONAL

4 Membros da Mesa da Assembleia Geral

11 Membros eleitos pelos Conselhos Regionais

1 Representante dos Trabalhadores

CONSELHOS REGIONAIS

Norte

Centro

Sul

Algarve

Açores

Madeira

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, n.º 57 – 6.º, 7.º e 8.º, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para se reunir no dia **30 de maio de 2022, pelas 14 horas**, na sua sede, na morada acima indicada, e com apoio do sistema de videoconferência, tendo a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.º** - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão Consolidado, documentos de Prestação de Contas Consolidadas, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2021;
- 2.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta para aderir à Confecoop – Confederação Cooperativa Portuguesa, Ccrl.;
- 3.º** - Outros Assuntos.

A Assembleia Geral irá realizar-se também por videoconferência, assegurando a Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL. a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações. Caso pretenda aceder por este meio, deve entrar em contacto com a Mútua dos Pescadores através do endereço geral@mutuapescadores.pt ou do telefone 213936300, até ao dia 25 de maio de 2022.

No edifício da sede da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL., estará disponível uma sala para acolher os cooperadores que desejem participar presencialmente, contudo, o acesso a este espaço estará dependente da lotação da sala.

Nos termos do n.º 2, do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes, por via telemática ou presencial, mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia **reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.**

Lisboa, 13 de maio de 2022

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
José Manuel Jerónimo Teixeira

RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADO DE 2021

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

No momento em que elaboramos o balanço da nossa atividade durante o ano de 2021, os acontecimentos no mundo são de tal forma intensos que quase somos levados a esquecer, ou, seguramente, a minimizar, o contexto de pandemia que nos afetou durante os últimos dois anos. Efetivamente, apesar de refletirmos apenas sobre o contexto da economia portuguesa, é impossível ignorar a guerra que, entretanto, eclodiu no leste da Europa, acontecimento de trágicas consequências para as populações afetadas e de importantes repercussões em todo o mundo, tornando imprevisíveis os efeitos sociais, políticos e económicos que, naturalmente, condicionarão quaisquer cenários a curto e médio prazo.

No entanto, no período sobre o qual versa o nosso relatório, o facto mais relevante foi, sem dúvida, a persistência da pandemia Covid-19 que apesar de, entretanto, apresentar uma evolução favorável – seguramente consequência das medidas aplicadas e, sobretudo, da elevada taxa de vacinação em Portugal – condicionou fortemente várias dimensões da nossa vida, projetando-se, inevitavelmente, nos principais indicadores económicos que caracterizaram o ano de 2021. As medidas aplicadas para conter a pandemia, nomeadamente as restrições à mobilidade de pessoas e bens, a par do clima social de incerteza sobre o futuro, condicionou os ritmos da atividade económica, particularmente em setores como o turismo. Igualmente, a instabilidade provocada nas cadeias de fornecimento a nível global gerou escassez de matérias-primas e de outros bens, levando ao aumento de preços.

QUADRO 1 – PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2021-24
Taxa de variação anual em percentagem (exceto onde indicado)

	Pesos 2020	BE dezembro 2021					BE outubro 2021		BE junho 2021			
		2020	2021(p)	2022(p)	2023(p)	2024(p)	2020	2021(p)	2020(p)	2021(p)	2022(p)	2023(p)
Produto Interno Bruto	100	-8,4	4,8	5,8	3,1	2,0	-8,4	4,8	-7,6	4,8	5,6	2,4
Consumo privado	64,2	-7,1	5	4,8	2,2	1,8	-7,1	4,3	-5,9	3,3	4,9	2,3
Consumo público	19,1	0,4	4,8	1,4	-1,3	-0,1	0,4	5,2	0,4	4,9	0,4	-0,2
Formação bruta de capital fixo	19,1	-2,7	4,9	7,2	6,6	3,9	-2,7	5,6	-1,9	7,6	8,2	5,8
Procura interna	102,1	-5,6	5,1	4,6	2,4	1,9	-5,6	4,9	-4,6	4,5	4,7	2,6
Exportações	37,0	-18,6	9,6	12,7	7,8	3,9	-18,6	9,6	-18,6	14,5	13,1	4,8
Importações	39,1	-12,1	10,3	9,3	6,2	3,6	-12,1	9,7	-12,0	13,2	10,6	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp.) (a)												
Procura interna		-3,0	3,1	2,6	1,2	1,1	-3,0	3,0	-2,3	2,4	2,5	1,3
Exportações de bens		-0,8	1,1	0,2	0,6	0,4	-0,9	1,3	-0,7	1,9	0,3	0,3
Exportações de serviços		-4,6	0,6	3,0	1,2	0,6	-4,5	0,5	-4,5	0,5	2,8	0,8
Emprego (número de indivíduos) (b)		-1,9	2,5	1,6	0,5	0,3	-1,9	2,6	-1,7	1,3	1,3	0,4
Emprego (horas trabalhadas) (b)		-9,3	8,3	4,0	0,6	0,3	-9,3	8,4	-9,2	5,9	4,1	0,5
Taxa de desemprego (c)		7,0	6,6	6,0	5,7	5,6	7,0	6,8	7,0	7,2	7,1	6,8
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,0	0,2	1,8	2,6	1,8	0,0	1,0	0,1	0,9	2,1	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0	-1,8	-2,3	-1,8	-2,1	-1,4	-1,3
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,9	1,8	1,1	1,3	-1,0	0,9	-0,1	0,7	0,9	1,0
Bens energéticos		-5,2	7,8	6,3	-1,3	-0,8	-5,2	6,9	-5,2	5,6	1,0	-1,3
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,3	1,4	1,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	1,2

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. Para detalhes sobre a metodologia, incluindo estimativas de conteúdos importados, ver Cardoso e Rua (2021) "O real contributo da procura final para o crescimento do PIB", Banco de Portugal, Revista de Estudos Económicos – Vol. 7, N.3. (b) De acordo com o conceito de Contas Nacionais. (c) Em percentagem da população ativa.

(Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico - dezembro 2021, disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2021_p.pdf)

De acordo com as projeções do Banco de Portugal (Quadro 1), a economia portuguesa apresenta em 2021 um crescimento do seu Produto Interno Bruto de 4,8%, (que se revela superior às previsões anteriores e so-

bretudo à projeção de crescimento médio na zona euro de 2,9%), estimando-se que no ano de 2022 poderá crescer ainda acentuadamente, seguindo-se um ritmo mais moderado nos anos seguintes. É de destacar o aumento do emprego e a redução da taxa de desemprego (estima-se em 6,4%, o que significa uma redução de 13,8% face a 2020) para níveis inferiores aos verificados antes da pandemia. Assume-se um aumento da inflação, como resultado direto da evolução dos preços dos bens energéticos.

“A economia portuguesa mantém um perfil de recuperação (...) a recuperação projetada é mais rápida do que a observada na sequência da recessão de 2011-13. A evolução do PIB e das principais componentes das duas recessões reflete a diferente natureza dos choques subjacentes (...). Na crise pandémica, o choque teve uma natureza temporária e não sistémica e a resposta de política foi imediata, maciça e coordenada a nível nacional e europeu. Destaque-se a importância da contenção do contágio da crise ao setor financeiro, preservando a estabilidade financeira e as condições de financiamento de todos os agentes económicos. (...) As medidas adotadas suportaram o rendimento agregado das famílias e uma retoma mais rápida do consumo privado.” (Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro de 2021, página 11).

1.2. A atividade seguradora

Apesar do contexto de crise pandémica que penalizou tantas atividades económicas, com consequências na vida das famílias, a atividade seguradora durante o ano de 2021 apresentou em termos globais um acentuado crescimento, em contradição com o significativo decréscimo de 2020. De acordo com o Relatório de Evolução da Atividade Seguradora, da responsabilidade da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a produção de seguro direto, em Portugal, teve um crescimento de 34,2%, muito influenciado pelo aumento de 68,5% registado no ramo Vida, apresentando os ramos Não Vida um acréscimo de 4,8%; verifica-se que a Mútua dos Pescadores cresceu 6,3%. De destacar que o principal ramo na Mútua dos Pescadores, Acidentes de Trabalho, verificou um crescimento de 5,8%, ao mesmo tempo que o setor registou um aumento de 6,6% no mesmo ramo; já no que respeita ao seguro Marítimo Casco, igualmente determinante na carteira da Cooperativa, o crescimento foi de 7,7%, verificando-se no mercado um aumento de 10,7% (na generalidade das companhias o ramo inclui Marítimo e Transportes).

No que respeita aos custos com sinistros de seguro direto, o setor registou um aumento global de 9,1%, resultado para o qual contribuiu o ramo Vida com um aumento de 12% e os ramos Não Vida com um aumento de 2,6%. Ao olharmos para o desempenho da Mútua dos Pescadores observamos que os custos com sinistros no seguro direto decresceram 5,45%, o que pode ser explicado a partir da redução da sinistralidade no ramo Marítimo Casco o que, naturalmente, para além de se refletir positivamente nos resultados da Cooperativa, significa, sobretudo, um alívio para a atividade laboral e económica dos homens no mar.

De acordo com as normas orientadoras, os rácios de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e do Requisito de Capital Mínimo (MCR) são apresentados, anualmente, em abril e todos os meses provisoriamente, pelo que em 31 de dezembro a Cooperativa Mútua dos Pescadores apresentou rácios de, respetivamente, 240% e 633%; a média apurada no mercado, na mesma data, situa-se nos 207% para o SCR e 577% para o MCR.

2. Factos relevantes do Grupo Mútua em 2021

O início do ano de 2021 foi marcado pelo processo eleitoral que elegeu, no dia 28 de março, os novos Órgãos Sociais da Cooperativa, para o mandato 2021-2024 que, mantendo a generalidade dos anteriores dirigentes, passou a contar com a participação de novos membros. De destacar, entre os membros efetivos, no Conselho de Administração, a eleição de João Paulo Delgado e Álvaro Bota, respetivamente, como Presidente e Vice-Presidente e ainda de Joaquim Simplício e Vanessa Amorim que participam pela primeira

vez nos Órgãos Sociais da Mútua. Frederico Pereira assumiu funções como Presidente do Conselho Fiscal, passando a Assembleia Geral a ser presidida por J.M. Jerónimo Teixeira.

Apesar do ano ter sido, ainda, fortemente condicionado pelo contexto de teletrabalho, impedindo muitas das tradicionais iniciativas do Grupo Mútua, tanto internamente como no exterior, em parceria com as comunidades e diversas instituições, merece destaque o Encontro do Dia Nacional do Mar, realizado em parceria com o município de Sesimbra e a Docapesca, em novembro, e que mobilizou a participação de múltiplas instituições e organizações ligadas ao setor do mar e da pesca.

Sem a possibilidade de realizar as tradicionais Jornadas internas, que mobilizam trabalhadores e dirigentes no fim de cada ano, houve lugar, ainda assim, para a realização de uma importante reunião de trabalho do Comité de Quadros, alargada a outros trabalhadores, com a participação do Conselho de Administração e outros dirigentes dos Órgãos Sociais, para alinhamento da visão e estratégias de trabalho da Cooperativa. À semelhança do ano anterior, em consequência da pandemia, o Grupo decidiu prolongar a aplicação das moratórias para o pagamento dos prémios de seguro, determinando, ainda, reduções significativas no valor dos prémios a pagar, nos setores mais afetados pela inatividade.

Merece, ainda, destaque a realização de contratos de seguro, nos principais ramos em que a Mútua dos Pescadores opera, junto de novos segmentos de mercado, nomeadamente, entre as maiores empresas de pesca do país, reforçando a estratégia de crescimento apontada para estes anos e consolidando a liderança no ramo de seguro marítimo e nas atividades económicas conexas com a pesca.

2.1. Principais variáveis da atividade consolidada

(valores em euros)

QUADRO 2 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ATIVIDADE CONSOLIDADA				
Balço	2021	2020	Valor	(%)
Investimentos	42 082 511	40 196 154	1 886 357	4,7%
Ativo Líquido	48 717 667	46 988 451	1 729 216	3,7%
Capital Próprio	15 993 478	15 584 394	409 084	2,6%
Provisão para prémios n/ Adquiridos	1 188 803	1 052 219	136 584	13,0%
Provisão Matemática	14 042 743	12 650 921	1 391 822	11,0%
Provisão para Sinistros	20 283 097	19 504 892	778 205	4,0%
Provisão para sinistros Líquida de Resseguro	17 967 056	16 329 376	1 637 680	10,0%
Provisões Técnicas	21 555 400	20 827 870	727 530	3,5%
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	18 569 651	17 163 148	1 406 503	8,2%
Ganhos e Perdas				
Prémios Brutos Emitidos	10 764 850	10 130 482	634 368	6,3%
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	7 299 805	6 591 737	708 068	10,7%
Custos com sinistros de seguro direto	7 579 818	8 016 867	-437 049	-5,5%
Custos com sinistros Líquidos de Resseguro	6 475 447	5 456 170	1 019 277	18,7%
Custos Operacionais	1 050 520	937 962	112 558	12,0%
Rédito	1 754 750	1 892 458	(137 708)	-7,3%
Resultados Financeiros	585 865	543 043	42 822	7,9%
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	(1 532 546)	(1 593 027)	60 481	-3,8%
Impostos	204 120	252 492	(48 372)	19,2%
Resultado Líquido	525 870	882 409	(356 539)	40,4%

2.2. Área Comercial

A atividade comercial da Mútua dos Pescadores, apesar de subordinada às adversidades impostas pela pandemia, obteve um crescimento de 6,3% nos resultados globais de produção. Este crescimento resulta da

perseverança das linhas de orientação, que têm vindo a ser desenvolvidas, encontrando-se assente num trabalho de continuidade com os segurados e cooperadores, e no envolvimento da rede técnica e comercial e dos dirigentes.

Em 2021, verificou-se um crescimento interessante na quase totalidade das zonas comerciais. Apesar das perdas no início do ano, consequência direta das limitações impostas às atividades económicas, globalmente os ramos mais relevantes na atividade da Mútua dos Pescadores cresceram.

No âmbito da atividade Marítimo Turística, a Mútua dos Pescadores, continuou a promover soluções únicas no mercado segurador português, de proteção e apoio aos operadores desta atividade.

Apesar de se continuarem a viver momentos difíceis em 2021, é de enorme relevância que se tenha alcançado este crescimento.

É igualmente prestigiante que ao longo dos últimos anos a Cooperativa seja a seguradora das maiores empresas de pesca nacionais. A Mútua dos Pescadores continuou a desenvolver ações tendo em vista o aumento da proteção dos segurados, reforçando, sempre que possível, os contactos diretos com os segurados e com as variadíssimas instituições relacionadas com a pesca e restantes atividades marítimas, para além do setor cooperativo e social.

Em 2021, manteve-se a linha de trabalho de desenvolvimento de novas soluções de proteção, nomeadamente em Acidentes Pessoais, com destaque para as novas soluções para setores como a economia social e atividades culturais.

Na Ponto Seguro em 2021, verificaram-se alguns crescimentos em termos percentuais um pouco mais relevantes nos ramos Saúde, Marítimo e Vida. O ramo automóvel manteve-se praticamente estagnado e os Acidentes Pessoais mantiveram uma tendência de crescimento. Já o ramo de Acidentes de Trabalho, sofreu um decréscimo importante, tanto em percentagem como em valor, fruto não só da redução dos salários de algumas empresas cuja atividade continuou a ser afetada pela pandemia, mas também e com particular expressão, devido à redução de taxas praticadas pelo mercado segurador, motivada pela maior agressividade e concorrência entre seguradoras neste ramo, com natural benefício para o cliente, mas com impacto negativo nos resultados da mediadora.

O Ramo Automóvel continua a ser o produto com maior expressão na atividade da Ponto Seguro, logo seguido do Ramo Acidentes de Trabalho.

2.3. Área Técnica

A Mútua dos Pescadores continuou a fazer o acompanhamento técnico da sua carteira de seguros, criando medidas de mitigação de danos causados pela pandemia provocada pela covid-19, apoiando os segurados das atividades económicas mais vulneráveis, nomeadamente, das atividades ligadas ao turismo.

Deu-se início ao processo de criação de um manual de procedimento para todas as atividades do Departamento Técnico.

Foram atualizados e uniformizados os manuais tarifários de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais.

Foi iniciado o processo de atualização do produto de Multiriscos Condomínio, com novas condições gerais.

Foi iniciado o processo de integração do novo produto no GIS e EGIS.

Continuou-se o desenvolvimento da passagem dos simuladores de Multipesca a prémio variável e marítimo pesca para a plataforma EGIS.

Foram criadas fichas multiproduto dos ramos de incêndio, aquacultura, marítimo pesca, marítimo recreio e marítimo turística.

Deu-se continuidade à política de vistorias a embarcações de pesca, recreio e atividade marítimo turística, sendo dado maior enfoque às embarcações mais antigas, em riscos de porto e em venda.

Criaram-se novos produtos comerciais de Acidentes Pessoais.

Iniciou-se a emissão de documentos digitais, em formatos não editáveis, diminuindo a produção de documentos físicos (aviso de cobrança).

Na Ponto Seguro o trabalho do departamento técnico em conjunto com outros quadros da área comercial e de assessoria técnica, permitiu reformular múltiplos documentos relacionados com os procedimentos de contratação pública, bem como criar manuais de formação, não só de produtos, mas também para a gestão de carteiras de clientes particulares, empresas privadas e entidades públicas. Foram igualmente elaboradas e instituídas diversas normas e procedimentos (técnico/administrativos) para dar cumprimento a todos os normativos e requisitos legais que regulam a atividade, que têm vindo a sofrer alterações profundas nos últimos anos.

2.4. Área de Sistemas de Informação

Na área das tecnologias de informação continuou-se a trabalhar na modernização dos sistemas e dos softwares.

Começou-se a implementação do projeto de Virtualização de sistemas e dados.

Deu-se início ao projeto da IFRS 17.

Implementaram-se novas multifunções em toda a organização.

Padronizaram-se as assinaturas de correio eletrónico em toda a organização.

Foram feitos novos contratos de comunicações móveis e internet obtendo melhorias de serviço e menores encargos financeiros. Continuou-se o projeto de Upgrade da rede de Dados dos Balcões.

Iniciou-se o projeto do novo Portal Interno.

Na Ponto Seguro, foram também melhoradas e atualizadas diversas ferramentas e aplicações, imprescindíveis à manutenção da qualidade de serviço prestado aos clientes. Reforçou-se e aprofundou-se o processo de “digitalização” e deu-se continuidade à desmaterialização gradual de documentação proveniente das diversas seguradoras.

2.5. Área Financeira e de Resseguro

Deu-se início ao processo para a implementação da IFRS 17 e IFRS 9, iniciando-se, igualmente, o processo de faturação eletrónica para entidades públicas.

Implementou-se a nova declaração mensal de imposto de selo (DMIS).

Concluiu-se a implementação do novo sistema de gestão de ativos (SGC).

Prosseguiu-se com as medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e da monitorização da liquidez. Mantiveram-se os procedimentos de controlo interno das Despesas Gerais.

Prosseguiram-se as auditorias internas conforme plano anual.

Foram monitorizados o conjunto de indicadores de performance (KPI) e de indicadores de risco (KRI) definidos.

Procedeu-se à elaboração do orçamento plurianual (2022-2024) que reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, mantendo-se as grandes linhas estratégicas para o desenvolvimento da seguradora num horizonte de três anos.

Na Ponto Seguro, a área financeira e administrativa, manteve e reforçou o controlo dos diversos procedimentos, procurando sempre que possível simplificar e eliminar redundâncias, otimizando as ferramentas ao dispor.

2.6. Área de Ação Cooperativa

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pelas eleições dos novos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores que tiveram lugar a 28 de março de 2021 e pelo processo eleitoral que se desenvolveu com o apoio de um grupo de trabalho formado por trabalhadores e dirigentes, com o objetivo de informar e sensibilizar os asso-

ciados para as eleições. Dado o contexto pandémico, reforçaram-se os meios digitais para comunicar todas as fases do processo e editaram-se pequenos vídeos.

Com o lema Mútua – um farol no horizonte! apresentou-se uma única Lista às eleições, de continuidade com o projeto dos órgãos sociais cessantes, que têm contribuído para a consolidação de uma “cultura de solidariedade, entreatajuda, reflexão coletiva e participação na tomada de decisão”, “aí residindo, em boa parte, a sua capacidade de resistir às ofensivas do tempo e dos múltiplos contextos socioeconómicos e políticos que tem atravessado ao longo dos seus quase 80 anos de existência”, como se lê no Programa da Lista apresentado aos cooperadores.

78 elementos distribuídos pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, e os 6 Conselhos Regionais, do Norte, Centro, Sul, Algarve, Madeira e Açores, que por sua vez elegeram o Conselho Nacional, composto por elementos destes órgãos. Homens e Mulheres oriundos das atividades marítimas na sua grande maioria, e da pesca em particular, com ligação às associações dos seus setores de atividade, mas também da própria atividade seguradora, do setor cooperativo e social, e da investigação.

A Lista A foi eleita com 947 votos válidos, numa Assembleia eleitoral descentralizada por 27 mesas de votos distribuídas pela linha da costa, acolhidas nos balcões da cooperativa e pelas Associações do Setor Marítimo. Participaram um total de 1031 cooperadores, 23% do total de cooperadores inscritos, tendo sido anulados 84 votos, por não reunirem a condição de eleitor válido, de acordo com o Regulamento Eleitoral.

Manteve-se assim um nível de participação global satisfatório, superior em termos de votação relativamente ao último ato eleitoral, em 2017.

O último trimestre foi marcado pela realização do Encontro do Dia Nacional do Mar, “Valorizar as pescas e o mar, valorizar o país”, organizado em conjunto com a Câmara Municipal de Sesimbra, e em parceria com a Docapesca. Iniciativa que deu continuidade ao Encontro realizado em 2019, “Desafiar o Futuro das Pescas”. Estruturou-se em torno de 4 painéis temáticos– dificuldades e desafios sentidos pelas várias organizações e setores de atividade; valorização dos recursos – pesca e património marítimo; mão de obra, qualificação, recursos humanos e segurança; e pesca e sustentabilidade. Intervieram organizações e sindicatos do setor de Norte a Sul, e Ilhas, For-Mar e Escola do Mar dos Açores, IPMA, Docapesca, GAMA e DGRM, e participaram cerca de 200 pessoas.

O Encontro foi também palco para uma homenagem do setor da pesca a dois dirigentes associativos falecidos durante a pandemia: António Pila, presidente da Associação de Armadores Centro e Sul, de Sesimbra; e José Festas, da Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar, da Póvoa de Varzim.

O Encontro contou com as presenças da Secretária de Estado das Pescas, Teresa Coelho e do Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos.

3. A atividade do Grupo Mútua em 2021

3.1. Síntese da atividade

O ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pelos efeitos da pandemia sobretudo no primeiro semestre. A recuperação que a Mútua dos Pescadores veio registando no decurso de 2021, nos valores dos prémios brutos emitidos, consolidou-se, no último trimestre, atingindo de muito perto o objetivo prospetivado em 2020, e encerrando o ano com uma produção de 10.764.850€ o que representou um crescimento de 6,3%.

A Mútua dos Pescadores, com a sua especialização e fortemente inserida no sector das pescas, aumentou os seus prémios com a retoma da pesca e da atividade marítimo turística.

Na vertente financeira, foram prosseguidas as medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e da monitorização da liquidez.

Na atividade corrente destaca-se um acréscimo no valor dos prémios nos ramos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

Em termos de custos com sinistros registou-se um agravamento de 18,7% após resseguro. No direto verifica-se um desagravamento de 5,4% que adveio totalmente do ramo Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho destaca-se a alteração da taxa de juro técnica e encargos de gestão nas provisões matemáticas das pensões não remíveis, abrangendo todos os sinistros, para 2% em ambos os parâmetros, mantendo a tábua de Mortalidade TV 73-77.

No decorrer do ano de 2021 registaram-se, lamentavelmente, três acidentes mortais na atividade da Pesca e um acidente mortal na atividade marítima turística (mergulho).

No Marítimo realça-se o afundamento de uma embarcação com capital seguro de 137.500€ (em averiguações).

Nas Despesas Gerais verificou-se um acréscimo de 17,5% em relação a 2020.

Em 2021 a Mútua dos Pescadores iniciou um forte investimento para adaptação da sua estrutura a nível de hardware e software à IFRS 17, com necessidade de recurso a consultadoria e formação de quadros.

Considera-se ainda importante realçar que o resultado do Exercício antes de Impostos é positivo em 769.461€.

Nas contas individuais, realça-se o impacto da alteração da valorização da participação na Ponto Seguro - Mediação de Seguros, S.A. com 100% do capital da mediadora, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e do seu impacto a nível de Resultados e Capital Próprio da Mútua dos Pescadores.

Esta alteração reforçou o resultado, das contas individuais da Mútua dos Pescadores em 2021 em 405.983€ e em Capitais Próprios 1.602.470€ mensurado em Resultados Transitados.

Esta alteração reforçou o resultado da Mútua dos Pescadores em 2021 em 405.983€ e em Capitais Próprios 1.602.470€ mensurado em Resultados Transitados.

A Ponto Seguro consolida integralmente na Mútua dos Pescadores, não tendo esta alteração expressão nas contas consolidadas.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados, resulta da diminuição do imposto diferido ativo proveniente do decréscimo do valor dos títulos em Imparidade e do aumento do imposto diferido passivo proveniente do acréscimo da Reserva de Reavaliação dos imóveis de Rendimento.

A Ponto Seguro em relação ao exercício anterior registou um decréscimo de -0,71% em prémios comerciais cobrados e de -0,25% em comissões.

3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 3 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2021	2020	Varição (%)
Acidentes de Trabalho	6 074 649	5 740 982	5,81%
Acidentes Pessoais	1 044 501	982 704	6,29%
Incêndio e Elementos da Natureza	971	1 016	(4,35%)
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	277 403	279 118	(0,61%)
Marítimo	3 367 326	3 126 664	7,70%
TOTAL	10 764 850	10 130 482	6,26%

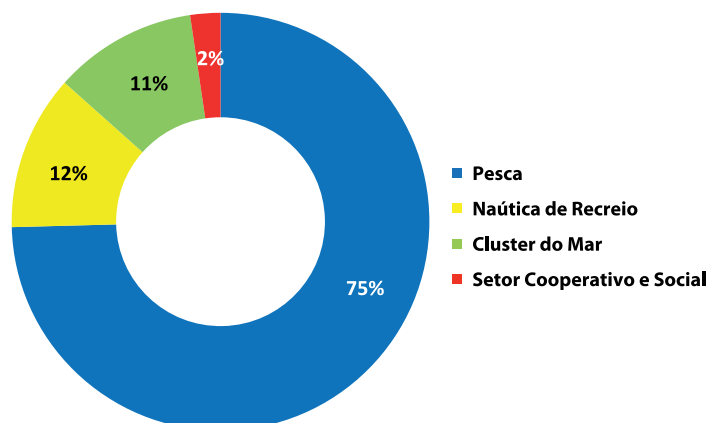
O valor de Produção de Seguro Direto foi de 10.764.850€, o que representou um acréscimo de 6,2% em relação a 2020. Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, com exceção de Incêndio e Multiriscos, e com forte destaque no ramo Marítimo com um crescimento de 7,7%.

Em Acidentes de Trabalho o crescimento manifestou-se na atividade da Pesca (+7,5%). Nas "Outras Atividades" houve um decréscimo (de -3,5%).

Nos Acidentes Pessoais, o crescimento adveio da atividade da Pesca (+1%) mas, principalmente, da Náutica de Recreio e das “Outras Atividades”, onde se registou um acréscimo de 7,4% e 17,7%, respetivamente. No Ramo Marítimo o crescimento verificou-se na Pesca (+9,1%) mas também na Náutica de Recreio e na atividade Marítimo Turística com um acréscimo global de 4,6% em relação a 2020. Em Multirriscos o decréscimo foi muito ténue (-0,6%).

Estrutura da Carteira de Prémios

Gráfico 1 - Produção de 2021 por Vetor Estratégico

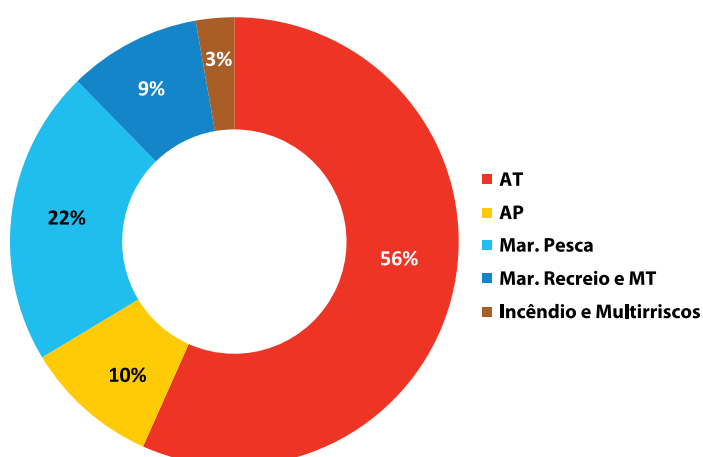


Manteve-se a estrutura de distribuição de prémios pelos vetores estratégicos, com o setor da Pesca a representar 75% da produção, consolidando-se como a grande área de especialização da Mútua dos Pescadores.

Estrutura da Carteira de Prémios por Ramos

A carteira em 31 de dezembro de 2021 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 - Estrutura da Carteira de Prémios



Em 2021 registou-se um ligeiro decréscimo do peso dos Acidentes de Trabalho (57% para 56%) em contrapartida do aumento do peso do Marítimo-Pesca (21% para 22%) na carteira global da Mútua.

A Pesca foi uma atividade que se manteve bastante ativa, registando-se também a retoma da atividade Marítimo Turística.

3.3 Análise da carteira de prémios – Ponto Seguro

Carteira por Seguradora

Prosseguindo a orientação dos últimos anos, manteve-se a negociação de acordos comerciais com as diversas Companhias de Seguros, mais ajustados à realidade da carteira da Ponto Seguro, afim de dotar os balcões com os melhores instrumentos de subscrição e de um maior leque de oferta de produtos e soluções para as necessidades dos diferentes tipo de clientes.

Carteira por Zonas

A mediadora tem a sua atividade distribuída pelas diversas regiões do país. O peso relativo de cada zona sofreu algumas alterações face ao ano transato, nomeadamente com a redução do peso das zonas: Península de Setúbal (-2%), Lisboa (-1%), Norte (-1%) e aumento do peso das zonas: Algarve (+2%), Centro (+1%), Regiões Autónomas (+1%).

Carteira por Linha de Negócios

Tal como em 2020, em 2021 continua evidente a importância que a Ponto Seguro possui na gestão das carteiras de seguros das entidades públicas. O volume de prémios cobrados cresceu ligeiramente nos particulares (+0,67%) e teve uma perda residual nas empresas (-0,21%).

3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2021 registou-se um decréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2020, de 79,1% para 70,4%. Esse decréscimo foi significativo no ramo Marítimo. Nos restantes ramos registou-se acréscimo na taxa de sinistralidade.

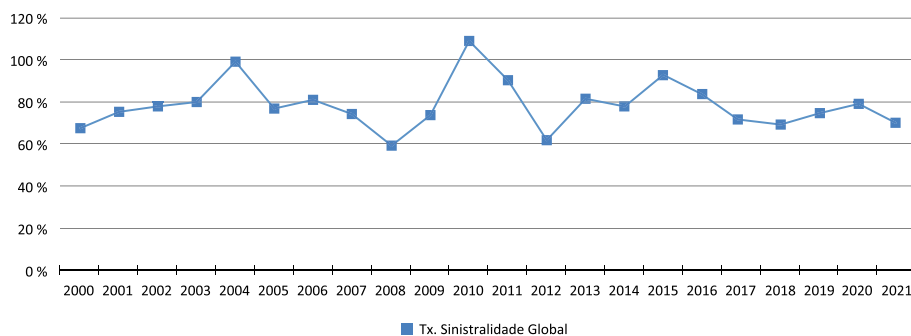
Tal como já referido reforçou-se, em Acidentes de Trabalho, a Provisão Matemática colocando todos os sinistros não remíveis com a aplicação de uma taxa de juro técnica de 2% e encargos de gestão de 2%, mantendo a tabela de mortalidade TV 73-77. Igual procedimento foi aplicado à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia bem como à Provisão para fazer face ao risco de revisão.

No Marítimo realça-se o afundamento de 1 embarcação com capital seguro de 137.500€ (em averiguações) comparativamente com dois importantes eventos com embarcações de Pesca, um afundamento e uma submersão no cais, ocorridas em 2020.

QUADRO 4 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS			
Ramos	2021	2020	
Acidentes de Trabalho	96,3%	86,4%	
Acidentes Pessoais	34,9%	18,2%	
Incêndio e Elementos da Natureza	0,0%	0,0%	
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	41,0%	29,3%	
Marítimo	37,2%	89,5%	
TOTAL	70,4%	79,1%	

Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



Os Custos com Sinistros

O valor total dos custos com sinistros ascendeu, em 2021, a 6.475.447€ o que representa um acréscimo, em relação a 2020, de 18,7%. Sem a componente de resseguro, o valor de 2021, ascenderia a 7.579.818€ o que revela um decréscimo de cerca de 5,45% em relação a 2020. O decréscimo adveio exclusivamente do Ramo Marítimo, neste ramo a redução foi de 55,2% em relação a 2020.

Em Acidentes de trabalho houve um acréscimo de 17,9% explicado pelas alterações introduzidas nos cálculos das provisões matemáticas desse ramo.

(valores em euros)

	QUADRO 5 - CUSTOS COM SINISTROS											
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
MONT. PAGOS	3 580 515	3 681 968	228 113	141 661	0	0	80 623	59 889	1 783 261	1 920 953	5 672 512	5 804 472
VAR. PROV. SIN.	1 631 500	713 686	25 310	38 253	0	0	8 925	8 719	(910 350)	484 014	755 385	1 244 672
IMP. CUSTOS	636 849	563 765	111 556	(1 468)	0	0	24 235	13 300	379 280	392 127	1 151 920	967 723
TOTAL DIRETO	5 848 864	4 959 419	364 980	178 447	0	0	113 784	81 908	1 252 190	2 797 094	7 579 818	8 016 867
RESSEGURO	(192 553)	(434 856)	(108 339)	(57 722)	0	0	(78 880)	(65 050)	(724 599)	(2 003 068)	(1 104 370)	(2 560 697)
TOTAL	5 656 312	4 524 563	256 641	120 724	0	0	34 904	16 857	527 591	794 026	6 475 447	5 456 170

3.5. O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores. Em 2021 não se registaram alterações de relevo na estrutura dos contratos de resseguro.

(valores em euros)

QUADRO 6 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2020-2021		
	2021	2020
Prémios de Resseguro Cedido	(3 571 629)	(3 448 910)
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	180 502	(172 725)
Comissões de Resseguro Cedido	1 215 501	869 469
Montantes Pagos	1 953 698	1 983 725
Var. da Provisão Sinistros	(849 327)	576 972
Juros s/Reservas	(3 020)	(3 035)
Saldo	(1 074 276)	(194 504)

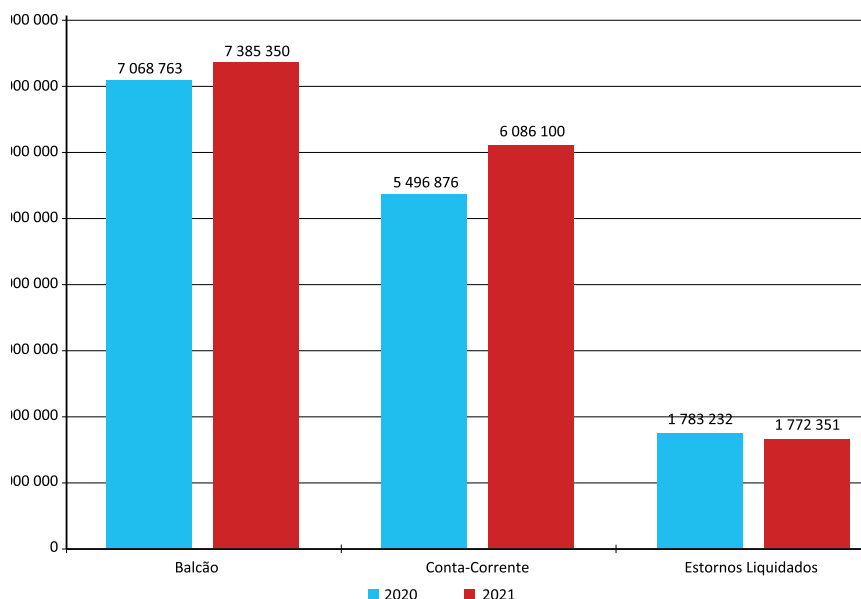
3.6. Cobranças

Em 2021 registou-se um comportamento positivo nas cobranças. Cobraram-se 11.669.975€ de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um acréscimo 8,5% em relação a 2020.

Procedendo à análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) verificou-se um aumento de cobrança nos balcões de 4,5% e no canal Conta Corrente de 10,7%.

Os Estornos registaram um decréscimo de 0,6% refletindo ainda as medidas extraordinárias introduzidas face à situação pandémica que vivemos.

Gráfico 4 – Cobranças por canal



No Movimento de Lotas registou-se um crescimento global de 31,4%. Todas as zonas apresentaram crescimento, com forte destaque para a zona Norte com um acréscimo de 69,1%, logo seguido do Algarve com 38,3%.

A Ponto Seguro, em termos de prémios cobrados, registou um decréscimo de -0,71% em relação ao exercício anterior.

3.7 Investimentos

O ano de 2021 surge ainda marcado pela pandemia.

O controlo da pandemia e o alto grau de vacinação teve reflexos na recuperação da atividade económica nacional e internacional, interrompida com o surgimento da nova variante Ómicron, que impôs a reintrodução de novas medidas restritivas com impacto, na atividade económica.

Persiste um clima de incerteza significativa na esfera macroeconómica, com perturbações na inflação e nos níveis de volatilidade dos mercados obrigacionistas e acionistas.

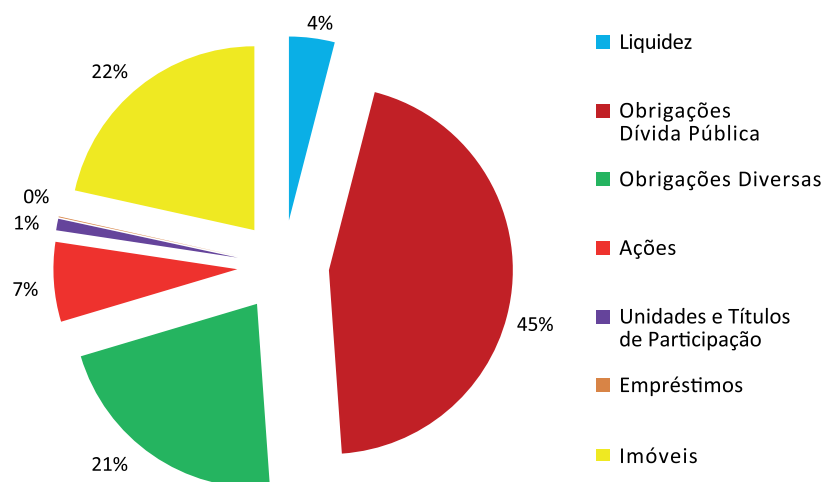
A Mútua manteve a sua política de investimentos e uma estratégia conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento fixo (Obrigações de Dívida Pública e Corporate).

A carteira de ativos financeiros de 43.168.784€ é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e Corporate), que representam cerca de 63% do valor global, e por Imóveis que representam 22%.

Procedeu-se à alteração da valorização da participação existente na Ponto Seguro - Mediação de Seguros, S.A. com 100% do capital da mediadora, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, o que originou um aumento do peso das ações na estrutura de ativos.

Manteve-se uma atenção particular à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 7% do valor total.

Gráfico 5 - Estrutura de Ativos Financeiros



Na Ponto Seguro a carteira de ativos financeiros, num total de 2.800.061€ é composta por:

- Caixa e depósitos a prazo 1.688.924€
- Ativos financeiros disponíveis para venda 346.461€
- Imóveis 764.676€

(valores em euros)

QUADRO 7 - ATIVOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS			
	2021	2020	Varição (%)
Terrenos e Edifícios	9 520 663	8 942 786	577 877
Ações e Outros Rendimento Variável	963 796	903 355	60 441
Obrigações e Outros Rendimento Fixo	27 321 538	26 773 235	548 303
Empréstimos Hipotecários	29 800	29 800	0
Depósitos a Prazo	3 001 390	2 000 226	1 001 165
Total	40 837 187	38 649 401	2 187 787

3.8. Capital Próprio Consolidado

QUADRO 8 - CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO			
	2021	2020	Varição (%)
Capital Social	6 196 766	6 130 082	0,5%
Reservas de Reavaliação	4 131 605	4 563 774	(9,5%)
Reserva por Impostos Diferidos	(971 441)	(1 063 246)	(8,6%)
Outras Reservas	3 013 140	3 954 984	(23,8%)
Resultados Transitados	3 097 538	1 087 238	184,9%
Resultado Líquido	525 870	883 247	(40,5%)
Interesses Minoritários	-	(4 685)	(100,0%)
Total	15 993 478	15 584 394	2,6%

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à Margem de Solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

3.9. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2021, verificou-se uma redução no número de trabalhadores de 42 para 40 incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (Continente e Regiões Autónomas), acompanhando a presença da Mútua nas diversas comunidades ribeirinhas. Em 2021 a distribuição entre elementos do sexo feminino e masculino é de completa paridade (50%/50%). A antiguidade média dos trabalhadores reduziu-se para 14 anos.

A Ponto Seguro, a 31 de dezembro de 2021, contava com 47 trabalhadores, incluindo os contratados a termo, distribuídos geograficamente pelo continente e ilhas. Em termos percentuais, os elementos femininos correspondem a 72% do total dos trabalhadores, contra 28% dos elementos masculinos. A antiguidade média dos trabalhadores é de 10 anos.

3.9.1. Formação

Decorrente do processo eleitoral de março organizou-se uma edição do curso interno de "Cooperativismo e Seguros", tendo participado 11 elementos, candidatos ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Comissão de Avaliação e Vencimento. Organizou-se também a formação de acolhimento para 7 novos trabalhadores.

Quanto à formação externa continuam-se a privilegiar as formações técnicas e que vão ao encontro dos requisitos legais, como a formação inicial de PDEAS, a formação de aperfeiçoamento contínuo em diversas áreas de seguros - dos ramos vida e não vida, enquadramento da atividade, branqueamento de capitais, fundos de pensões, produtos de investimento com base em produtos de seguros. Formações obrigatórias no exercício de algumas funções, de acordo com o disposto no artigo 13.º da Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, que regulamentou a Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro. Com as exigências introduzidas pelas novas normas internacionais de reporte financeiro IFRS9 e IFRS17 e as implicações que são transversais a várias áreas, trabalhadores da área financeira, técnica e informática, participaram em sete ações nesta área. Deu-se continuidade à formação com vista à obtenção do Certificado de Competências Pedagógicas. Trabalhadores, oriundos de várias áreas, realizaram formação em folha de cálculo, nível intermédio e avançado. O setor público foi outra das temáticas de interesse, tendo sido frequentadas ações sobre contratação pública, e acidentes de trabalho nas entidades públicas.

Informática e contabilidade foram outras das áreas de interesse, com um total de 17 ações frequentadas por 24 trabalhadores e um dirigente em 2021.

3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso de 2021 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- Elaboração do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) relativo ao ano de 2020, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 290.º e 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com a estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua dos

- Pescadores está obrigada;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes extraordinários relativos à Monitorização da Solvência, da liquidez e Indicadores Comportamentais;
- Participação, no âmbito das comissões técnicas da Associação Portuguesa de Seguradores, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II, nomeadamente com a participação no âmbito da Comissão Técnica de “Economia e Finanças” nos Grupos de Trabalho “Assuntos Financeiros e Fiscais”, “Investimentos”, “Gestão de Riscos e Atuariado” e “Estatísticas e Indicadores de Gestão”;
- Introdução de novo software para a avaliação das responsabilidades de natureza “Vida” em AT e “Não Vida” ligadas aos cálculos de solvência e IFRS 17;
- Revisão da Política de Investimento e da Política de Remuneração;
- Elaboração do relatório, no âmbito da gestão de riscos, sobre o branqueamento de capitais e Política Antifraude;
- Reporte ORSA (Avaliação Própria do Risco e Solvência) individual;
- Avaliação dos indicadores de performance (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) já definidos;
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2022-2024)

3.11. A Cooperativa

3.11.1. Segurança Marítima

Destaque para a renovação de uma importante ligação com a Revista de Segurança, e da participação no seminário sobre segurança realizado em Gaia, em dezembro, no qual a Mútua introduziu o tema da segurança marítima; e para a renovação da parceria com o projeto de voluntariado Cego do Maio, do Instituto de Socorros a Náufragos, interrompido durante a pandemia. Assinale-se o importante fórum de debate que se constituiu o Encontro do Dia Nacional do Mar com o setor da pesca em novembro, e os meios de comunicação institucionais da Mútua, com destaque para a revista Marés, como importantes instrumentos de comunicação e disseminação destas temáticas pelas comunidades.

Destacamos ainda as iniciativas realizadas com os alunos das escolas básicas, em Vila Chã, Peniche e Sesimbra, que veicularam também esta preocupação.

As ações de formação e sensibilização no terreno, para a pesca e operadores da atividade marítima turística associadas a esta temática não foram realizadas, tal como o ano anterior, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia.

3.11.2. Projetos, Parcerias, Intercooperação e Associativismo

- “À roda do mar” - Desenvolveu-se em Vila Chã, Peniche e Sesimbra, em conjunto com o projeto Mar de experiências, a atividade pedagógica direcionada para as crianças do 1.º ciclo, que visa valorizar as profissões marítimas. Através da “leitura” do livro “As profissões do mar” e das histórias contadas por profissionais (maioria pertence à comunidade) que se associaram à dinâmica a convite da Mútua, desperta-se o sentimento de pertença e de comunidade, mas também o interesse e a curiosidade das crianças. Para os autores foi o regresso a este projeto, que ficou parado durante a pandemia, e a oportunidade de o poder partilhar com as comunidades costeiras. O livro foi apoiado pela Mútua e apresentado nas últimas Jornadas em 2019. A iniciativa enquadrou-se nas celebrações do Dia Europeu do Mar (Vila Chã e Peniche) e do Dia Nacional do Mar (Sesimbra).
- Candidatura EEagrants - A candidatura do projeto de formação, apresentada em dezembro de 2020, para a sensibilização dos riscos na pesca e nas atividades marítima turística, no quadro do Mecanismo Financeiro EEagrants (Aviso 5 – Educação), foi objeto de avaliação final em setembro, e ficou na lista de projetos cativos, sem dotação orçamental.

- A Mútua associou-se a uma candidatura levada a cabo pela Universidade Nova de Lisboa, no quadro do Programa Erasmus+, para um Centro de Excelência em “Políticas marítimas da União Europeia e governação dos recursos oceânicos”.
- Mantém-se ativa a participação nas dez estruturas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC Costeiros), no Conselho Consultivo do Sul e no Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, organismos de consulta da Comissão Europeia para as pescas.
- Contribuiu-se para a aquisição de equipamento para a prática de Stand Up Paddle, por pessoas com mobilidade reduzida, desenvolvida pela Associação ASSUPP, de Óbidos.
- Com o regresso tímido de algumas festividades, assinalamos o apoio à tradicional Festa de Nossa Senhora de Troia e à 5ª. Regata Marquês Pombal.
- Livros - Apoiou-se a edição da obra “Diário de um pescador da pesca do bacalhau”, de António Alves Cabrita, relato das suas viagens a bordo do navio bacalhoeiro Capitão João Vilarinho e o Livro de Alison Laurie Neilson, “A Sea full of Life”, coletânea de textos sobre os pescadores açorianos e suas comunidades. Apoiou-se também a edição do livro “Praia, Outras Perspetivas”, do projeto Mar de Experiências, relacionado com a poluição marítima e destaque ainda para o apoio ao livro de José Castanheira, atual membro dos órgãos sociais da Mútua, “Pesca no Algarve Medieval”.
- Protocolos – Destaca-se o estabelecimento do protocolo de intercooperação com a Escola do Mar dos Açores para a área da formação. Regista-se o estabelecimento de novos protocolos para benefício dos cooperadores, com a clínica ortopédica da Algodeia e Ginásio FIT IT, encetando-se também melhorias no protocolo com a Associação David Melgueiro, na área da formação náutica.

3.11.3. Setor Cooperativo e Social

No ano em que todos sofremos com a perda irreparável de Rogério Cação, a campanha do Pirlampo Mágico, promovida pela Fenacerci, a que a Mútua se associa todos os anos, contemplou o Livro de sua autoria “Coração Bom, Bom Coração” que a Mútua adquiriu juntamente com os tradicionais materiais para oferta. O início da atividade da Fecutcoop - Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores e Utentes, FCRL, que envolve dirigentes da Mútua e técnicos, ficou marcado por obstáculos processuais e formais que não permitiram a dinamização da Federação como seria expetável.

3.11.4. Acompanhamento Social

Continua-se a acompanhar os sinistrados e pensionistas, destacando-se apoio a dois pescadores indonésios, hospitalizados na Ilha Terceira, e acompanhamento do processo de alta e regresso ao Continente; e apoio a um sinistrado com uma elevada incapacidade, com lugar a encaminhamento/mediação através da associação nacional dos deficientes sinistrados do trabalho para eventual regresso ao mercado de trabalho. Prestou-se ainda apoio a outras situações pontuais, sobretudo de sinistrados deslocados da sua área de residência ou em situações em que é necessário garantir o apoio de uma terceira pessoa. Mantém-se o sistema do reforço do apoio prestado aos sinistrados e Diretor Clínico, nos serviços clínicos da Sede da Mútua dos Pescadores.

3.11.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Em 2021 foram apresentadas 2 reclamações no quadro do Sistema de Audição: um destes processos foi apresentado através da plataforma da DECO, outro foi apresentado através do e-mail geral da Mútua. Ambos os processos tiveram resposta desfavorável, assinalando-se alguns aspetos a melhorar nos procedimentos internos. Um processo incidiu sobre um seguro de Multiriscos (Lar), outro sobre seguro de Marítimo-recreio. Procedeu-se a melhorias na Política de Tratamento de Reclamações, Audição e Participação dos Utentes

e Provedor do Utente, para melhor integrar as regras relativas à proteção de dados pessoais, nos termos e para os efeitos dos art.º 18.º, 19.º e 20.º da Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, alterada pela Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro, e alíneas b), c) e d) do n.º 2 do art.º 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro, e respetivo ANEXO VIII.

3.11.6. Informação e Comunicação

No âmbito do processo eleitoral, os órgãos comunicação da Mútua foram a base para sensibilizar os cooperadores com a criação de um espaço próprio no site para esse efeito, e atualização das várias fases do processo no Facebook.

Editaram-se 2 números da revista Marés, em junho e novembro. A primeira edição destaca as eleições da Mútua de 28 de março e a reflexão sobre o período de pandemia, por parte de organizações de vários setores de atividades, entre as quais a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos e Pensões e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, as entidades que regulam a atividade da Mútua. A segunda edição foi distribuída no Encontro, e assinala o regresso (ainda que tímido) ao terreno, às comunidades e aos portos, nalgumas iniciativas.

Publicaram-se 8 artigos em jornais nacionais e regionais, em dois jornais/revistas on-line, manteve-se presença em 2 rádios locais/regionais, e numa plataforma digital local.

3.11.7. Ações de Marketing e Publicidade

No último trimestre do ano prepararam-se os tradicionais materiais de oferta já com o selo dos 80.º anos da Mútua: calendários, agendas e Tabelas de Marés foram já idealizados para assinalar este desígnio.

Lançaram-se campanhas de publicidade para novos produtos: Acidentes pessoais filarmónicas e dirigentes sindicais; e pela primeira vez colocou-se publicidade nos ATM de várias localidades.

Destaca-se o lançamento dos porta-chaves com a forma da sardinha, uma homenagem aos pescadores do cerco que têm vivido muitas restrições, e a introdução das esferográficas em fibra de trigo, mais amigas do planeta.

3.11.8. Coro Grupo Mútua

O Coro, já com o seu novo maestro José Carita acompanhou a reabertura das atividades, acompanhando de perto as várias iniciativas da Mútua: esteve em Corroios, em julho, no lançamento do Livro de António Alves Cabrita, e em Sesimbra, em novembro, no Encontro do Dia Nacional do Mar. Participou ainda no Encontro de Coros comemorativo do 173.º aniversário da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, em outubro, e nesse mesmo mês esteve na Igreja de Loures, no Encontro de Coros, promovido pela Sociedade Filarmónica União Pinheirense, em homenagem ao maestro Ivo Castro.

De assinalar que o Coro abriu as suas portas a outras pessoas fora do Grupo Mútua e acolheu um novo elemento ligado a uma associação do setor da pesca.

4. Governação

4.1. Funcionamento dos órgãos

O Conselho de Administração reuniu quinzenalmente, de modo a acompanhar os impactos e as medidas a tomar face à evolução da crise de saúde pública, exercendo as competências que se encontram estabelecidas nos Estatutos e legislação em vigor, nomeadamente de acompanhamento da gestão corrente, de deliberação sobre os assuntos mais importantes, aprovação e acompanhamento da implementação das políticas internas e definição das orientações estratégicas. Realizaram-se também reuniões conjuntas do Conselho de Administração com o Comité de Gestão.

O Comité de Gestão reuniu também quinzenalmente e garantiu a gestão corrente.

O Comité de Quadros, o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional, reuniu semestralmente, permitindo a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços, ou altamente qualificados, na definição das medidas e ações a empreender e no seu acompanhamento, tendo como objetivo facilitar o alinhamento geral necessário. Procedeu à avaliação dos resultados das medidas e ações, perspetivando o trabalho futuro.

O Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno, acompanha os procedimentos e controlos de mitigação dos riscos de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas, reuniu também semestralmente. O Comité Comercial, órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver, reuniu trimestralmente e acompanhou a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

As reuniões Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e Conselhos Regionais, foram realizadas quer presencialmente, quer com recurso ao sistema de videoconferência, cumprindo os prazos legais e estatutários, tendo sido mobilizados importantes recursos para garantir a participação dos dirigentes e cooperadores na vida democrática da Cooperativa, fazendo justiça à singular cultura de participação que caracteriza a Mútua dos Pescadores.

4.2. Representações institucionais

A Mútua dos Pescadores participa num conjunto de organizações nacionais e internacionais, onde se destacam o lugar de vogal no Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a Presidência da Mesa da Assembleia Geral e a Vice-presidência da Direção da CONFECOOP, vogal no Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), de membro do Conselho Económico e Social (CES), vogal no órgão de administração da Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE), vogal na Direção da Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA) e no Comité Executivo do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CC RUP), entre outras entidades.

5. Política de Remuneração

A Política de Remuneração da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL. estabelece um conjunto de princípios e procedimentos destinados a fixar o modo como são remunerados os membros dos Órgãos Sociais, em especial os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os Trabalhadores, em especial Diretores de Topo e Trabalhadores com Funções Chave e acesso a informação privilegiada; promovendo o alinhamento da prática já instituída na Cooperativa, com os princípios e regras decorrentes do regime jurídico aplicável.

O regime jurídico aplicável é nomeadamente a Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora; a Circular da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre a política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões; a Norma Regulamentar da ASF n.º 5/2010-R, de 1 de abril, relativa à divulgação de informação sobre a política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões e à declaração de cumprimento da política de remuneração e a Circular da ASF n.º 1/2017, de 15 de fevereiro, respeitante à prestação de informação relativa ao sistema de governação das empresas de seguros no âmbito do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora vigente.

A remuneração dos Trabalhadores da Mútua dos Pescadores é objeto de Acordo de Empresa (AE), celebrado com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 6, de 15 de fevereiro de 2022.

Nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro, a proposta de Política de remuneração é aprovada pelo Conselho de Administração, que a submete a deliberação da Assembleia Geral.

A remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, nos termos do art.º 47.º dos Estatutos, é aprovada pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e os demais Vogais, com consulta prévia ao Conselho Nacional de acordo com o n.º 2 do art.º 47.º e art.º 51.º dos Estatutos.

5.1. Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

5.1.1. Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e experiência em gestão, atividade seguradora, setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e responsabilidades decorrentes, bem como o tempo de ocupação que as funções exigem.

Sendo a Mútua dos Pescadores uma mútua de seguros constituída sob a forma de Cooperativa e não uma Sociedade Anónima, face à sua natureza jurídica, as remunerações dos membros do Conselho de Administração não integram qualquer componente variável, nem qualquer componente que dependa do desempenho ou do valor da instituição representada. Igualmente, pelo motivo descrito anteriormente, não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários e não se encontram previstas indemnizações em caso de destituição dos membros dos Órgãos Sociais. O desempenho dos membros do Conselho de Administração é anualmente apreciado e avaliado pela Assembleia Geral, constituída pelos Cooperadores, que tem a competência de eleger e destituir os membros dos Órgãos Sociais e apreciar e votar anualmente a proposta de relatório de gestão e documentos de prestação de contas apresentada pelo Conselho de Administração (alíneas a) e b) do artigo 38.º do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66/2017, de 9 de agosto).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é integralmente fixa, sendo determinada com base numa ponderação que tem em conta o valor médio da remuneração auferida pelos trabalhadores efetivos da Cooperativa, conforme níveis e tabelas salariais em vigor para a generalidade dos trabalhadores, nos termos do Acordo de Empresa.

A remuneração do membro do Conselho de Administração com funções executivas que à data da sua eleição desempenhava funções na estrutura profissional é integralmente fixa e tem em conta a remuneração anteriormente auferida.

Os membros do Conselho de Administração com funções não executivas, auferem uma remuneração integralmente fixa determinada em função da ponderação geral entre a média de reuniões previstas no mandato, a disponibilidade exigida para a função e os níveis e tabelas salariais em vigor para a generalidade dos trabalhadores da Cooperativa, por força do Acordo de Empresa.

Os membros do Conselho de Administração são ainda reembolsados das despesas que realizem pela participação em reuniões ou que resultem das funções em representação da Cooperativa, de acordo com as normas internas vigentes.

Os membros suplentes do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração, sendo apenas reembolsados das despesas que realizem pela participação em reuniões, de acordo com as normas internas vigentes.

5.1.2. Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, sendo apenas recompensados por senhas de presença, de acordo com a regulamentação interna vigente, quando participem

em reuniões ou outros trabalhos desta Cooperativa de Seguros. A remuneração do Revisor Oficial de Contas é integralmente fixa, estabelecida no contrato de prestação de serviços acordado, tendo subjacente a Política de Subcontratação vigente, a prática de mercado e a necessidade de não incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da Cooperativa.

5.1.3. Outros Órgãos Sociais

Os membros dos outros Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo reembolsados de despesas, de acordo com as normas internas, quando participem pontualmente em reuniões ou noutros trabalhos da cooperativa.

5.2. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave

A Política de Remuneração dos Diretores de Topo, trabalhadores que exercem Funções Chave e/ou com acesso regular a informação privilegiada e que participam nas decisões sobre a gestão e estratégia comercial, demais trabalhadores e prestadores de serviços subcontratados, foi aprovada pelo Conselho de Administração.

A remuneração dos Diretores de Topo foi aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Diretora-Geral, e determinada de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o Acordo de Empresa (AE), regulamentação coletiva esta que também se aplica aos demais trabalhadores desta Cooperativa de Seguros. A remuneração da Diretora-Geral foi aprovada pelo Conselho de Administração, determinada de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE. A remuneração dos Trabalhadores que exercem Funções-Chave e/ou com acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia comercial foi aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, determinada de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e AE.

A determinação da remuneração das pessoas identificadas anteriormente tem subjacente a avaliação prévia do nível de qualificação e experiência profissional demonstradas, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza Cooperativa da organização, a estratégia de gestão de riscos e a capacidade e sustentabilidade económica da Cooperativa. Não é atribuída qualquer remuneração variável, ou a atribuição de benefícios que não os aplicáveis à generalidade dos trabalhadores, por força da legislação e regulamentação coletiva do trabalho em vigor e supra identificada.

O exercício de Funções Chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, cumpre o art.º 78.º do Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e a Política Interna de Subcontratação vigente.

5.3. Política de remuneração dos demais trabalhadores

A remuneração e política de progressão das carreiras profissionais dos demais trabalhadores são aprovadas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e AE.

Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores, cujo resultado, não tendo efeito direto na remuneração, é um elemento de ponderação na progressão das respetivas carreiras profissionais e contribui para identificar e colmatar necessidades de formação e fomentar o alinhamento com os objetivos da Cooperativa.

5.4. Avaliação anual da Política de Remuneração

A Política de Remuneração é sujeita a uma avaliação anual a cargo da Função Chave Auditoria Interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos.

A Função Chave de Auditoria Interna apresenta anualmente à Comissão de Avaliação e Vencimentos, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, um relatório com os resultados da análise efetuada e recomendações de medidas de mitigação de desconformidades com as recomendações dos reguladores. Adicionalmente, o Conselho de Administração envia anualmente à ASF uma Declaração sobre a conformidade da política de remuneração, indicando as insuficiências detetadas e as ações em curso ou a adotar para as corrigir e os prazos estabelecidos para o efeito ou, quando aplicável, justificação para as insuficiências existentes à luz do princípio da proporcionalidade.

5.5. Sumário de Exceções

A Política de remuneração não contempla a adoção das recomendações V.1, V.2, V.3, V.4, V.5, V.6, V.7 da Circular n.º 6/2010, de 01 de abril, quanto aos membros do Conselho de Administração e Diretores de Topo, porquanto:

A Mútua dos Pescadores é uma mútua de seguros, constituída sob a forma jurídica de Cooperativa (a única no sector segurador português) e não uma Sociedade Anónima.

Tendo a organização uma estrutura de base cooperativa e não de capital, as remunerações não integram qualquer componente variável, nem qualquer componente que dependa do desempenho (apesar de serem praticados mecanismos de avaliação e controlo) ou do valor da instituição representada, por não se adequar à sua natureza jurídica.

Igualmente, pelo mesmo motivo expresso no número anterior, não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários, nem se encontram previstas indemnizações em caso de destituição dos membros dos órgãos sociais

6. Perspetivas para o triénio 2022-2024

Pelas circunstâncias dos tempos que vivemos, é inevitável admitir que os próximos anos poderão ser fortemente condicionados pela evolução do conflito provocado pela invasão da Ucrânia e os seus efeitos nas economias da Europa.

O contexto de crescimento que tem caracterizado a Mútua dos Pescadores, desde há vários anos, apenas interrompido pelo ano de 2020, fruto do impacto do primeiro ano de pandemia, permite-nos estimar que esta trajetória deverá ser continuada afirmando a liderança nos seguros das atividades ligadas ao mar e, particularmente, relacionadas com a pesca e atividades marítimo turísticas e de lazer.

Fruto das exigências regulamentares, a consolidação da Cooperativa passará inevitavelmente por continuar o processo em curso de reforço das capacidades e das funções técnicas de auditoria interna e verificação de cumprimento, enquanto ferramentas indispensáveis de uma política de reforço da Qualidade. Do mesmo modo, os próximos anos continuarão a ser marcados por um forte investimento nas tecnologias e processos, com destaque para a virtualização de sistemas e dados.

O ano de 2022, concentrará as diversas atividades e acontecimentos que assinalarão os 80 anos da cooperativa Mútua dos Pescadores, procurando testemunhar a História da presença e ligação da Mútua às comunidades locais, ao longo de toda a costa portuguesa, num percurso social e económico sólido, fundado na cultura de solidariedade, entreaajuda e participação coletiva, sempre ancorada na especialização e profissionalismo.

7. Agradecimentos

Findo mais um exercício, cujo balanço é agora elaborado e divulgado, o Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores considera dever sublinhar a importância dos resultados obtidos durante o ano de 2021, bem como a evolução e crescimento da Cooperativa. Ocorrendo num contexto difícil, à semelhança do

ano anterior, ainda muito marcado pelos receios no domínio da saúde e pela transformação da vivência em sociedade, trabalhadores, dirigentes e cooperadores adaptaram-se às novas circunstâncias, minimizando os efeitos do distanciamento físico e das limitações ao contacto direto, prosseguindo o compromisso e sentido de missão no serviço prestado aos cooperadores, aos tomadores de seguro, aos segurados, aos sinistrados e às suas famílias. A todos, e particularmente aos TRABALHADORES da Cooperativa, o Conselho de Administração manifesta reconhecimento e gratidão.

O Conselho de Administração reconhece o imenso contributo prestado pelo Dr. Rui Campos, que no final de 2021 cessou funções como Encarregado de Proteção de Dados, cujo rigor, profissionalismo e empenho foram indispensáveis para o exercício de adequação da Mútua às exigências colocadas pela legislação que enquadra o Regime Geral sobre a Proteção de Dados.

O Conselho de Administração entende, ainda, manifestar o seu agradecimento aos anteriores Órgãos Sociais da Cooperativa e particularmente aos dirigentes que, tendo cessado funções no final do mandato, contribuíram com o seu trabalho, saber e dedicação, para a afirmação, crescimento e cumprimento da missão da Mútua dos Pescadores. Certamente, também a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, enquanto entidades públicas que supervisionam a nossa atividade, e junto das quais reportamos ou procuramos apoio, contribuíram com a sua permanente disponibilidade, para o nosso desempenho. Os nossos Resseguradores e as Seguradoras com quem temos cosseguro, justificam o agradecimento pela confiança que em nós mantêm.

Aos fornecedores e aos prestadores de serviços de longa data, assim como às diversas entidades e associações com as quais mantemos relações de cooperação agradecemos a sua colaboração.

Lisboa, 25 de maio de 2022

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)
Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)
Arsénio Marques Caetano
Joaquim Manuel Simplício Anacleto
Jerónimo Gomes Viana
José Luis Marques Cabrita
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

O Comité de Gestão

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá – Diretora Geral
Sara Maria Paeta da Costa Domingues – Diretora
Financeira e de Resseguro
Carlos Alberto Fernandes Moreira
Carlos Alberto Sousa Garcês

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(montantes expressos em Euros)

Demonstração da posição financeira consolidada	Notas	31-dez-2021			31-dez-2020
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4	1 245 325	-	1 245 325	1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	5	28 285 334	-	28 285 334	27 676 589
Empréstimos e contas a receber		3 031 190	-	3 031 190	2 030 026
Outros depósitos	6	3 001 390	-	3 001 390	2 000 226
Empréstimos concedidos	6	29 800	-	29 800	29 800
Terrenos e edifícios		9 672 501	151 839	9 520 663	8 912 986
Terrenos e edifícios de uso próprio	7	4 747 376	151 839	4 595 537	4 114 514
Terrenos e edifícios de rendimento	8	4 925 126	-	4 925 126	4 798 472
Outros activos tangíveis	9	1 743 115	1 140 231	602 884	341 295
Outros activos intangíveis		58 582	20 820	37 762	55 203
Provisões técnicas de resseguro cedido		2 985 749	-	2 985 749	3 664 721
Provisão para prémios não adquiridos	10	669 708	-	669 708	489 206
Provisão para sinistros	10	2 316 041	-	2 316 041	3 175 516
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	592 228	-	592 228	611 378
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		3 374 802	1 316 091	2 058 711	1 830 261
Contas a receber por outras operações de seguro direto	12	2 052 718	1 298 164	754 554	830 548
Contas a receber por outras operações de resseguro	12	49 549	-	49 549	463 532
Contas a receber por outras operações	12	1 272 535	17 927	1 254 608	536 181
Ativos por impostos		289 240	-	289 240	222 245
Ativo por impostos correntes	13	120 792	-	120 792	29 397
Ativo por impostos diferidos	13	168 448	-	168 448	192 848
Acréscimos e diferimentos	14	68 582	-	68 582	67 193
Total do ativo		51 346 648	2 628 982	48 717 667	46 988 452

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC 31942

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(montantes expressos em Euros)

Demonstração da posição financeira consolidada	Notas	31-dez-2021	31-dez-2020
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	16		
Provisão para prémios não adquiridos		1 188 803	1 052 219
Provisão para sinistros	16	20 283 097	19 504 892
Do ramo acidentes de trabalho		16 635 419	14 992 275
De outros ramos		3 647 678	4 512 617
Provisão para desvios de sinistralidade	16	83 500	78 500
Provisão para riscos em curso	16	-	192 259
Outros passivos financeiros	17	3 157 989	3 805 461
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	519 900	544 845
Outros credores por operações de seguros e outras operações		4 710 125	3 456 407
Contas a pagar por operações de seguro direto	18	3 948 129	2 916 864
Contas a pagar por operações de resseguro	18	149 189	51 395
Contas a pagar por outras operações	18	612 807	488 147
Passivos por impostos		2 333 092	2 394 472
Passivos por impostos correntes	13	1 178 602	1 170 660
Passivos por impostos diferidos	13	1 154 490	1 223 812
Acréscimos e diferimentos	19	447 683	375 002
Total do passivo		32 724 189	31 404 057
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	20	6 196 766	6 163 082
Reservas de reavaliação	21	4 131 605	4 563 774
Por ajustamento de ativos financeiros disponíveis para venda		2 399 756	3 212 382
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		1 731 849	1 351 392
Reserva por impostos diferidos	13	(971 441)	(1 063 246)
Outras reservas	21	3 013 140	3 954 985
Resultados transitados		3 097 538	1 087 238
Resultados do exercício		525 870	883 246
Interesses Minoritários		-	4 686
Total do Capital Próprio		15 993 478	15 584 395
Total do Passivo e do Capital Próprio		48 717 667	46 988 452

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(montantes expressos em Euros)

Ganhos e Perdas	Notas	31-dez-2021			31-dez-2020
		Ramos não Vida	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		7 299 805	-	7 299 805	6 591 737
Prémios brutos emitidos	22	10 764 850	-	10 764 850	10 130 482
Prémios de resseguro cedido	22	3 571 629	-	3 571 629	3 448 910
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	16	73 918	-	73 918	(82 889)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	10	180 502	-	180 502	(172 725)
Custos com sinistros líquidos de resseguro		6 475 447	-	6 475 447	5 456 170
Montantes pagos		4 800 599	-	4 800 599	4 853 998
Montantes brutos	16	6 754 296	-	6 754 296	6 837 723
Parte dos resseguradores	10	1 953 698	-	1 953 698	1 983 725
Provisão para sinistros (variação)		1 674 849	-	1 674 849	602 172
Montante bruto	16	825 521	-	825 521	1 179 144
Parte dos resseguradores	10	(849 327)	-	(849 327)	576 972
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	16	(187 259)	-	(187 259)	(209 591)
Custos de exploração líquidos de resseguro		1 050 520	-	1 050 520	937 962
Custos de aquisição	23	1 163 505	-	1 163 505	931 430
Custos de aquisição diferidos (variação)	16	62 666	-	62 666	7 666
Custos administrativos	23	1 039 850	-	1 039 850	868 334
Comissões e participação nos resultados de resseguro	24	1 215 501	-	1 215 501	869 469
Redito de comissionamento	29.1	-	1 754 750	1 754 750	1 892 458
Rendimentos financeiros		823 990	33 968	857 957	867 396
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	25	617 285	1 268	618 552	611 203
Outros	25	206 705	32 700	239 405	256 193
Gastos financeiros		422 763	12 290	435 053	364 613
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	26	106 443	-	106 443	107 227
Outros	26	316 320	12 290	328 610	257 386
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		163 856	-	163 856	63 811
De ativos financeiros disponíveis para venda	27	28 456	-	28 456	20 425
Outros	27	135 400	-	135 400	43 386
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)		896	-	896	23 551
De ativos financeiros disponíveis	28	896	-	896	23 551
Outros	30	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		50 325	-	50 325	5 998
Outras provisões (variação)		-	89 501	89 501	133 869
Outros rendimentos/gastos	29	-	(1 532 546)	(1 532 546)	(1 579 088)
Resultado antes de imposto		575 609	154 381	729 990	1 135 739
Impostos sobre o rendimento corrente	13	29 789	127 449	157 238	257 778
Impostos sobre o rendimento diferido	13	41 703	5 179	46 882	(5 286)
Resultado líquido do exercício após impostos e antes de interesses minoritários		504 117	21 753	525 870	883 246
Interesses minoritários		-	-	-	838
Resultado líquido do exercício após impostos e após interesses minoritários		504 117	21 753	525 870	882 409

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total
Balanço a 1 de janeiro de 2020	6 130 846	3 996 426	(935 933)	3 152 724	884 671	981 866	14 210 601	3 823	14 206 778
Aplicação do resultado do exercício anterior	5 513	-	-	324 274	652 079	(981 866)	-	-	-
Pagamento a cooperadores	-	-	-	-	(252)	-	(252)	-	(252)
Aumento/(redução de capital social)	26 723	-	-	-	-	-	26 723	-	26 723
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	560 562	-	-	-	-	560 562	-	560 562
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	54 168	-	-	-	-	54 168	-	54 168
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(133 072)	-	-	-	(133 072)	-	(133 072)
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	492 514	-	-	492 514	-	492 514
Outras variações	-	(47 383)	5 759	(14 527)	(449 260)	-	(505 410)	25	(505 435)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	883 246	883 246	838	882 409
Balanço a 31 de dezembro de 2020	6 163 082	4 563 774,15	(1 063 246)	3 954 985	1 087 238	883 246	15 589 080	4686	15 584 395
Aplicação do resultado do exercício anterior	4 812	-	-	287 671	590 763	(883 246)	0	-	(0)
Pagamento a cooperadores	-	-	-	-	(252)	-	(252)	-	(252)
Aumento/(redução de capital social)	28 872	-	-	-	-	-	28 872	-	28 872
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(821 688)	-	-	-	-	(821 688)	-	(821 688)
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	415 962	-	-	-	-	415 962	-	415 962
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	92 461	-	-	-	92 461	-	92 461
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	(26 443)	(657)	(1 229 516)	1 419 789	-	163 173	(4 686)	167 858
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	525 870	525 870	-	525 870
Balanço a 31 de dezembro de 2021	6 196 766	4 131 605	(971 441)	3 013 140	3 097 538	525 870	15 993 478	(0)	15 993 478

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC 31942

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020*(montantes expressos em Euros)*

Rendimento Integral	31-dez-2021	31-dez-2020
Resultado líquido do exercício	525 870	882 409
Resultado não reconhecidos nos resultados		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação de justo valor	(821 688)	560 562
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Variação de justo valor	410 716	54 168
Benefícios pós-emprego	-	
Impostos	92 461	(133 072)
Total do rendimento integral não reconhecido	(318 511)	481 659
Total do rendimento integral, líquido de impostos	207 358	1 364 067

O Contabilista Certificado
 António dos Santos Monteiro
 CC 31942

O Conselho de Administração
 João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
 Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalho Amorim

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO A 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(montantes expressos em Euros)

Mapa de Fluxo de Caixa	31-dez-2021	31-dez-2020
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Operações de seguros	4 136 780	(64 746)
Recebimento de prémios de seguro directo	14 657 692	10 265 399
Pagamento de sinistros	(5 943 040)	(6 117 883)
Pagamento a fornecedores	(1 540 444)	(1 326 037)
Pagamentos a colaboradores	(3 037 428)	(2 886 226)
Aumentos/(diminuições) nos ativos operacionais	1 518 582	1 758 201
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	139 651	(727 633)
Devedores por outras operações	1 378 931	2 485 834
Outros ativos	-	
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais	(3 983 739)	(935 428)
Depósitos recebidos de resseguradores	(647 471)	353 577
Outros passivos	(2 390 772)	(334 904)
Pagamento de impostos	(945 495)	(954 102)
Investimentos financeiros		
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	(5 380 284)	(4 590 432)
Aquisições de imóveis de uso próprio	-	-
Alienações/reembolsos de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	3 418 581	3 748 095
Recebimento de rendimentos de instrumentos financeiros	196 495	578 653
Recebimento de rendimentos de imóveis de rendimento	204 327	200 142
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	110 742	694 486
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos financeiros a deter até à maturidade		
Aquisição de ativos tangíveis (líquidos)	(441 971)	(245 556)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(441 971)	(245 556)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Outros		
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento	-	-
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(331 229)	448 930
Caixa e equivalentes a 1 de janeiro	1 576 553	1 127 624
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro	1 245 325	1 576 553

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Introdução

O Grupo Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Grupo ou Mútua) é constituído pela empresa-mãe Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L. e a sua subsidiária, Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos).

Por último, o Grupo opera também na área da mediação de seguros.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PACES) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PACES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de maio de 2022, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 30 de maio de 2022.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o Euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do Euro mais próxima.

2.4 Políticas contabilísticas significativas

2.4.1 Princípio de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados das subsidiárias no Grupo bem como a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.4.2 Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras (definição de controlo adotado pelo Grupo), foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor, na data de aquisição, o qual pode ser ajustado, tal como previsto na IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais, durante um período de 12 meses após aquela data.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos seja negativo, o mesmo é reconhecido como “goodwill” negativo, sendo reconhecido como um rendimento do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas desde a sua data de aquisição até à data da alienação.

Sempre que seja necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transações, incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo, saldos, dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados durante o processo de consolidação.

Em 2021, a Mútua alterou a sua política contabilística dos investimentos em subsidiárias, da valorização ao custo para o Método de Equivalência Patrimonial (MEP). Esta alteração teve um impacto significativo nas contas individuais.

2.4.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas. Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

2.4.4 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Grupo o adquiriu. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em ganhos e perdas.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transação diferir do justo valor de uma transação observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Grupo reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transação e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de ganhos e perdas. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transação e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de ganhos e perdas quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

b) Classificação

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber.

i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro disponível para venda é reconhecido diretamente no capital próprio até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através da demonstração de ganhos e perdas.

ii) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Ativos financeiros detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva.

A amortização é reconhecida em "rendimentos financeiros" na demonstração de ganhos e perdas. Se o Grupo vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda.

Quando tais circunstâncias se verificarem, o Grupo não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e valores a receber, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O Grupo classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas.

iv) Ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Estes ativos financeiros são detidos para negociação e são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, ao justo valor. Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

v) Passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer passivo financeiro nesta categoria.

vi) Empréstimos e contas a pagar

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gas-

tos que fazem parte do método de taxa de juro efetivo. O juro efetivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de ganhos e perdas.

c) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A anulação do reconhecimento dos ativos financeiros é efetuada quando expirar o direito contratual a receber fluxos de caixa e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Quando o Grupo procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um ativo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo, o ativo é reconhecido na extensão em que o Grupo continue envolvido com o ativo. Neste caso, o Grupo também reconhecerá um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e benefícios associados à detenção do Grupo.

A anulação dos passivos financeiros é efetuada quando a obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida na demonstração de ganhos e perdas.

d) Transferências entre categorias de ativos financeiros

É permitida a reclassificação de ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas para ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda ou empréstimos e contas a receber, desde que obedeça às características de cada categoria, como segue: Se um ativo financeiro, à data da reclassificação apresentar características de instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou quando se verificar que algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, sendo considerado uma rara circunstância. Existe também a possibilidade de transferência entre ativos financeiros disponíveis para venda para empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade. À data de balanço, não foram efetuadas transferências entre ativos financeiros.

e) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

f) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros e não financeiros

O Grupo mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras consolidadas não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os “inputs” sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e
- Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos. O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Grupo determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

Os instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

g) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros esteja em imparidade.

De acordo com a NIC 39 – Instrumentos financeiros: mensuração subsequente, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou emissor de dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou em dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor; e
- Alterações adversas nas condições do setor.

j) Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante em exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados numa base individual, as eventuais perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontado com base na taxa de juro efetiva.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de riscos similares.

Os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo deduzido na posição financeira ao valor do ativo a que respeita.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

Instrumentos de capital

Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decrécimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais após o reconhecimento das perdas por imparidade são reconhecidas em “Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, é considerada existir imparidade, sendo refletida na demonstração de ganhos e perdas.

Instrumentos de dívida

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como pagamento de juros ou capital;
- Reestruturações de operações;
- Probabilidade do devedor em entrar em falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo; e
- Alterações adversas do setor.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas na demonstração de ganhos e perdas num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento das perdas por imparidade.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo

Nos instrumentos financeiros mensurados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados, e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua análises periódicas de imparidade. Nesse sentido, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado.

O montante de perdas por imparidade determinado é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade não poderão ser revertidas em qualquer circunstância.

2.4.5 Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo para sua utilização. Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.4.6 Terrenos e edifícios de rendimento

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimentos são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas, na rubrica de "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

2.4.7 Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material não especificado	8
Máquinas de escrever e fotocopiar	5
Instalações telefónicas	10
Aparelhos e máquinas eletrónicas	5
Equipamentos e programas informáticos	3
Automóveis	4

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

O Grupo efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

2.4.8 Imparidade de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Grupo estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, o Grupo reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário, deve permanecer ao custo.

2.4.9 Locações

Grupo como locador

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de ganhos e perdas, nos períodos a que respeitam.

As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de ganhos e perdas.

2.4.10 Impostos sobre rendimentos

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais.

A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de ganhos e perdas, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

2.4.11 Provisões e passivos contingentes

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.4.12 Benefícios dos empregados

Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma "NIC 19 – Benefícios dos Empregados".

A Mútua dos Pescadores celebrou um Acordo de Empresa (AE) com o Sindicato Nacional dos Profissionais

de Seguros e afins (SINAPSA) publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2018 (AE de 2018);

O referido AE de 2018 substituiu todos os outros anteriores instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram na Mútua até à data da sua publicação.

Para a efetivação do estabelecido na Cláusula 50.ª e seguintes do AE de 2018, já em vigor, foi alterado o contrato de adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização que visou nomeadamente:

- A Introdução do Plano de Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores atuais e futuros;
- A transferência do valor integralmente financiado a título de responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões (ASF), para o saldo inicial do PIR;
- E relativamente aos Beneficiários do regime complementar de reforma por velhice ou invalidez previsto no CCT para a atividade seguradora, publicado pelo Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, a manutenção dos regimes que vigoravam à data em que se reformaram e que integraram o contrato agora celebrado.

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro a ASF autorizou, em 31 de dezembro de 2019, a alteração ao contrato acima referido, pelo que se procedeu em conformidade.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.13 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.4.14 Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa o Grupo considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.4.15 Resseguro

No decurso da sua atividade o Grupo cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.4.16 Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos ao Grupo, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

2.4.17 Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

a) Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, cosseguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objetivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis.

A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida na Demonstração da Posição Financeira, deduzida dos custos de aquisição diferidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem.

d) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que o Grupo suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2021 o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no “Custo médio da lesão” sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº.10/2016-R de 15 de setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 2% e encargos de gestão de 2%, independentemente do ano de ocorrência do sinistro.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos, mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor atual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro e encargos de gestão utilizados no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões “não remíveis” com uma taxa de inflação de 1.7%.

Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31 de dezembro de 2021 um acréscimo de 4% na pensão anual. Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.

Para os sinistros de Marítimo a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem. Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multiriscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos, mas ainda não participados a 31 de dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos, mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados. Para todos os processos não remíveis, foi adotada a taxa de juro técnica de 2% a partir de 2022 com efeitos a 31/12/2021.

e) Provisão para sinistros ocorridos, mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratio simple average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangulação da provisão para sinistros (montantes pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

f) Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descri-

tos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

g) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

h) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo Grupo, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo Grupo.

2.5 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pela Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue:

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com os pressupostos da nota 2.4.4, alínea g).

Desta forma, a determinação da imparidade resulta da avaliação específica realizada pelo Grupo efetuada aos emitentes dos instrumentos financeiros.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que o Grupo necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada ao Grupo em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;

- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados ao Grupo;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pelo Grupo a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados.

O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor atual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à atividade do Grupo, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro.

O Grupo elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica no Grupo.

O Grupo procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

A estimativa das responsabilidades teve em atenção o comportamento revelado em 2021, ainda afetado pela pandemia, incorporada na determinação da suficiência da provisão para sinistros, pela análise atenta dos fatores de desenvolvimento e na estimativa das responsabilidades futuras.

O Grupo, procedeu a um ajuste na provisão para sinistros em AT em 440 000€ (280 000€ para o ano de sinistro de 2021, 110 000€ para o ano de 2020 e 50 000€ para o ano de sinistro de 2019). No Ramo Marítimo não foram necessários quaisquer ajustamentos mantendo-se a estimativa técnica. Estes acréscimos impactaram na PRC (ano 2021) não tendo sido necessário proceder a outros ajustamentos.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que o Grupo é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objeto de revisão periódica.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos ativos exige que a Administração efetue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos.

2.6 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021:

A. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (endorsed) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Alterações à IFRS 16 - Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19

Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam-se como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma alteração da locação de acordo com a IFRS 16.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro.

Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - Fase 2

Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

B. Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura conceitual (1-jan-2022)

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos

contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.

Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato (1-jan-2022)

Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (1-jan-2022)

Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) 1-jan-2022

Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, as mensurações das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) 1-jan-2022

Esta melhoria clarifica os honorários que uma entidade inclui aquando da avaliação sobre se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) 1-jan-2022

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – ‘Justo valor’.

IFRS 17 – Contratos de seguro (1-jan-2023)

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro (1-jan-2023)

Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. A Companhia não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

C. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um covenant.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

Alterações à IAS 1 – Divulgações de políticas contabilísticas

As alterações têm por objetivo melhorar as divulgações de políticas contabilísticas e auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras na distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas. A alteração substitui o requisito das entidades divulgarem as suas políticas contabilísticas “significativas” pelo requisito de divulgarem as suas políticas contabilísticas “materiais”.

Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas

Esta alteração introduz uma nova definição de estimativas contabilísticas, clarificando a distinção entre uma alteração de estimativas contabilísticas, alteração de políticas contabilísticas e correção de erros. Adicionalmente, clarifica como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs no desenvolvimento de estimativas contabilísticas.

Alterações à IAS 12 – Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma transação

As alterações exigem que a entidade reconheça imposto diferido numa transação que, no reconhecimento inicial, dê origem a quantias iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de Seguros - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa

A alteração é uma opção de transição relacionada com informação comparativa de ativos financeiros apresentados na aplicação inicial da IFRS 17. A alteração pretende auxiliar as entidades por forma a evitar diferenças de contabilização temporárias entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguros e, desta forma, melhorar a utilidade da informação comparativa para os utilizadores das demonstrações financeiras.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (norma interina)

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

O processo de adoção desta norma ainda não foi iniciado pela União Europeia. A Comissão Europeia irá tomar as devidas considerações, após a publicação da norma final.

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

3. Relato por segmentos

O Grupo encontra-se organizado por segmentos de negócio. A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor no Grupo. O Grupo considera o segmento de negócio Não-Vida como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

As modalidades incluídas em cada segmento de negócio apresentam-se como segue:

Acidentes de Trabalho:

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

Acidentes Pessoais:

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas;
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

Seguros Patrimoniais:

- Incêndio
- Multirriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

Marítimo:

- Cascos – Embarcações de Pesca
- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio

A demonstração da posição financeira e a conta de ganhos e perdas apresenta-se como segue:

Posição da demonstração financeira por segmentos

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 245 325	-	1 245 325
Ativos financeiros disponíveis para a venda	28 275 933	9 401	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	3 001 390	29 800	3 031 190
Terrenos e edifícios	8 020 986	1 499 676	9 520 663
Outros activos tangíveis	602 884	(0)	602 884
Outros activos intangíveis	37 762	-	37 762
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 985 749	-	2 985 749
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	592 228	592 228
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 668 795	389 915	2 058 711
Ativos por impostos	-	289 240	289 240
Acréscimos e diferimentos	-	68 582	68 582
Total ativo	45 838 824	2 878 842	48 717 666
PASSIVO			
Provisões técnicas	21 555 400	-	21 555 400
Outros passivos financeiros	3 157 989	-	3 157 989
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	519 900	-	519 900
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 164 025	1 546 100	4 710 125
Passivos por impostos	-	2 333 092	2 333 092
Acréscimos e diferimentos	-	447 683	447 683
Total do passivo	28 397 313	4 326 876	32 724 189

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 044 811	531 742	1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 311 969	364 620	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	1 050 226	979 800	2 030 026
Terrenos e edifícios	7 549 178	1 363 808	8 912 986
Outros activos tangíveis	290 126	51 169	341 295
Outros activos intangíveis	53 615	1 589	55 203
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 664 721	-	3 664 721
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	611 378	611 378
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 668 795	161 466	1 830 261
Ativos por impostos	-	222 245	222 245
Acréscimos e diferimentos	-	67 193	67 193
Total ativo	42 633 441	4 355 010	46 988 451
PASSIVO			
Provisões técnicas	20 827 870	-	20 827 870
Outros passivos financeiros	3 805 461	-	3 805 461
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	544 845	-	544 845
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 164 025	292 382	3 456 407
Passivos por impostos	-	2 394 472	2 394 472
Acréscimos e diferimentos	-	375 002	375 002
Total do passivo	28 342 201	3 061 856	31 404 057

Conta de Ganhos e Perdas por segmentos

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2021	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multirriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Ganhos e perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5 671 909	662 212	101	52 838	912 746	-	7 299 805
Rédito	-	-	-	-	-	1 754 750	1 754 750
Custos com sinistros líquidos de resseguro	5 656 312	256 641	-	34 904	527 591	-	6 475 447
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	-	-	-	(5 000)	192 259	-	187 259
Custos de exploração líquidos de resseguro	1 382 776	41 944	(93)	(4 853)	(134 934)	(234 321)	1 050 520
Resultado dos investimentos	507 868	16 385	45	4 983	46 935	10 544	586 761
Perdas por imparidade	767	26	-	8	95	-	896
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	52 419	-	0	(22)	(2 072)	-	50 325
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	89 501	89 501
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(1 532 546)	(1 532 546)
Total	(807 658)	379 986	238	22 739	757 115	377 569	729 990

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2020	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multirriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Ganhos e perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5 175 761	630 094	101	31 928	753 852	-	6 591 737
Rédito	-	0	-	0	-	1 892 458	1 892 458
Custos com sinistros líquidos de resseguro	4 524 563	120 724	-	16 857	794 026	-	5 456 170
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	-	106 992	-	57 685	44 915	-	209 591
Custos de exploração líquidos de resseguro	1 149 852	(41 023)	(136)	(28 563)	77 090	(219 259)	937 961
Resultado dos investimentos	413 494	14 823	54	4 448	94 712	39 062	566 594
Perdas por imparidade	22 440	173	1	52	885	0	23 551
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	1 143	349	-	4 506	-	5 998
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(133 869)	(133 869)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(1 579 088)	(1 579 088)
Total	(107 598)	673 178	640	105 714	25 983	437 822	1 135 740

4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Caixa	4 486	8 651
Depósitos à ordem	1 240 839	1 567 903
Total	1 245 325	1 576 553

5. Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Emissores nacionais	5 047 928	5 268 029
Emissores estrangeiros	13 418 336	13 363 655
De dívida privada		
Emissores nacionais	2 053 742	1 291 173
Emissores estrangeiros	6 801 531	6 850 378
Sub-total	27 321 538	26 773 235
Instrumentos de capital		
Emissores nacionais	58 789	56 204
Emissores estrangeiros	121 671	146 786
Sub-total	180 460	202 990
Outros instrumentos		
Emissores nacionais	258 951	222 118
Emissores estrangeiros	524 384	478 246
Sub-total	783 336	700 365
Total geral	28 285 334	27 676 589

6. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	3 001 390	2 000 226
Empréstimos concedidos		
Outros	29 800	29 800
Total	3 031 190	2 030 026

7. Terrenos e edifícios de uso próprio

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2020	
Valor bruto	4 155 433
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(102 309)
	4 053 124
Adições	53 150
Alienações	-
Revalorização	54 168
Perdas por imparidade	-
	107 318
Depreciações do exercício	(45 927)
Revalorização	-
	(45 927)
A 31 de dezembro de 2020	
Valor bruto	4 262 751
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(148 236)
Total	4 114 514
Adições	174 125
Alienações	-
Revalorização	310 500
Reversão de perdas por imparidade	-
	484 625
Depreciações do exercício	(3 602)
Revalorização	-
Alienações/abates	-
	(3 602)
A 31 de dezembro de 2021	
Valor bruto	4 747 376
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(151 839)
Total	4 595 537

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio são obtidas através de um avaliador independente. O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do custo, ou seja, através da determinação do valor do edifício através da soma do terreno e edifício, bem como todos os custos necessários à sua construção, de características semelhantes, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e semelhante vida útil remanescente, acrescido das margens de lucro requeridas.

À data de balanço, o valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da data de avaliação apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
2021	2 627 877	-
2020	1 555 187	2 063 391
2019	412 472	2 051 124
Total	4 595 537	4 114 514

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 31.

Caso os terrenos e edifícios de uso próprio tivessem sido mensurados ao modelo do custo, o valor líquido contabilístico apresentar-se-ia como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Custo de aquisição	2 941 066	3 148 796
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade	(520 361)	(374 786)
Total	2 420 705	2 774 010

8. Terrenos e edifícios de rendimento

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2020	4 781 260
Adições	-
Variações de justo valor	17 212
A 31 de dezembro de 2020	4 798 472
Adições	-
Variações de justo valor	126 654
A 31 de dezembro de 2021	4 925 126

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento são obtidas através de um avaliador independente. O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do rendimento, ou seja, através do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada. Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 31.

O Grupo celebrou contratos de locação operacional com todos os imóveis de rendimento.

Os rendimentos resultantes dos contratos ascenderam, em 31 de dezembro de 2021, a 239.681 euros e a 245.907 euros, em 31 de dezembro de 2020.

Os gastos de conservação e reparação nos imóveis ascenderam a 6.730 euros, em 31 de dezembro de 2021 e a 15.098 euros, em 31 de dezembro de 2020.

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

9. Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Saldo inicial 31-12-20	31-dez-21			Saldo final
		Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	
Aquisição					
Equipamento administrativo	374 331	31 722	(490)	-	405 563
Máquinas e ferramentas	13 195	-	(5 552)	-	7 643
Equipamento informático	278 915	211 073	(28 540)	-	461 449
Programas informáticos	241 451	-	(2 931)	-	238 521
Instalações interiores	19 023	99 384	-	-	118 407
Material de transporte	374 182	129 236	(132 872)	-	370 546
Equipamento hospitalar	17 818	324	-	-	18 142
Outro equipamento	64 920	3 779	-	-	68 698
Quadros e esculturas	9 426	-	-	-	9 426
Ativos tangíveis em curso	89 446	54 659	-	(99 384)	44 721
Total	1 482 707	530 176	(170 384)	(99 384)	1 743 115

(montantes expressos em Euros)

	Saldo inicial 31-12-20	31-dez-21			Saldo final
		Depreciações do exercício	Alienações / Abates	Transferências	
Depreciações					
Equipamento administrativo	318 567	16 993	(490)	-	335 070
Máquinas e ferramentas	11 097	758	(4 947)	-	6 908
Equipamento informático	379 101	75 554	(28 540)	-	426 115
Programas informáticos	12 319	15 245	(2 931)	-	24 633
Instalações interiores	19 023	2 303	-	-	21 326
Material de transporte	322 830	55 157	(132 872)	-	245 116
Equipamento hospitalar	16 382	262	-	-	16 644
Outro equipamento	39 073	2 326	-	-	41 399
Ativos tangíveis em curso	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 141 412	168 598	(169 779)	-	1 140 231
Valor líquido	341 295				602 884

(montantes expressos em Euros)

	Saldo inicial 31-12-19	31-dez-20			Saldo final
		Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	
Aquisição					
Equipamento administrativo	329 000	45 331	-	-	374 331
Máquinas e ferramentas	12 936	259	-	-	13 195
Equipamento informático	169 141	109 774	-	-	278 915
Programas informáticos	217 589	23 862	-	-	241 451
Instalações interiores	19 023	-	-	-	19 023
Material de transporte	424 112	30 624	(80 554)	-	374 182
Equipamento hospitalar	17 818	-	-	-	17 818
Outro equipamento	55 142	9 778	-	-	64 920
Quadros e esculturas	9 426	-	-	-	9 426
Ativos tangíveis em curso	-	89 446	-	-	89 446
Total	1 254 188	309 073	(80 554)	-	1 482 707

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20				
	Saldo inicial 31-12-19	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Depreciações					
Equipamento administrativo	302 129	16 438	-	-	318 567
Máquinas e ferramentas	10 317	781	-	-	11 097
Equipamento informático	343 033	36 068	-	-	379 101
Programas informáticos	-	12 319	-	-	12 319
Instalações interiores	19 023	-	-	-	19 023
Material de transporte	368 626	34 759	(80 554)	-	322 830
Equipamento hospitalar	16 382	-	-	-	16 382
Outro equipamento	34 574	4 498	-	-	39 073
Ativos tangíveis em curso	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 117 103	104 863	(80 554)	-	1 141 412
Valor líquido	137 085				341 295

10. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Provisão para prémios não adquiridos	669 708	489 206
Provisão para sinistros	2 316 041	3 175 516
Total	2 985 749	3 664 721

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais	45 865	33 223
Incêndio	234	265
Multiriscos	106 280	88 193
Marítimo	517 330	367 525
Total	669 708	489 206

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	33 223	12 641	45 864
Incêndio	265	(31)	234
Multiriscos	88 193	18 087	106 281
Marítimo	367 524	149 805	517 329
Total	489 206	180 502	669 708

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	48 319	(15 096)	33 223
Incêndio	261	5	265
Multiriscos	106 099	(17 906)	88 193
Marítimo	507 252	(139 727)	367 524
Total	661 931	(172 725)	489 206

A provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes de trabalho	75 241	348 116
Acidentes pessoais	249 444	218 280
Incêndio	-	-
Multiriscos	58 813	52 810
Marítimo	1 932 543	2 556 310
Total	2 316 041	3 175 516

A variação da provisão para sinistros de resseguro cedido foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	348 116	173 607	446 482	75 241
Acidentes pessoais	218 280	105 214	74 050	249 444
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	52 810	78 565	72 561	58 813
Marítimo	2 556 310	736 838	1 360 605	1 932 543
Total	3 175 516	1 094 223	1 953 698	2 316 041

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	332 683	446 143	430 710	348 116
Acidentes pessoais	188 831	58 472	29 023	218 280
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	41 204	65 320	53 715	52 810
Marítimo	2 080 924	1 945 662	1 470 277	2 556 310
Total	2 643 643	2 515 598	1 983 725	3 175 516

11. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Na data de reporte 31 de dezembro de 2021 os resultados da avaliação atuarial das responsabilidades estão em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar nº. 5/2007-R de 27 de abril da ASF.

O cálculo das responsabilidades é efetuado por atuário independente em cada data de reporte.

Os métodos de cálculo utilizados são os seguintes:

Valor Atual do Prémio Único de uma renda vitalícia imediata com 14 pagamentos no ano.

Os parâmetros de crescimento utilizados foram:

Pressupostos	31/12/2020	31/12/2021
Taxa de Crescimento de Pensões	1,00%	1,00%
Taxa Técnica (Rendas Vitalícias)	0,85%	0,72%
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Nº de Pensões Pagas anualmente	14	14

O Contrato Coletivo de Trabalho de Seguros prevê uma atualização das pensões de reforma desde que a pensão de reforma anual resultante da atualização, adicionada da pensão anual recebida da Segurança Social, não ultrapasse o ordenado mínimo líquido anual que o trabalhador receberia se estivesse no ativo, com a antiguidade que tinha quando se reformou. Nestas circunstâncias é difícil antever com rigor se as pensões individuais são utilizadas e a partir de que momento, nomeadamente porque isso se prende com a previsão do nível com que cada individuo se reformará. Assim sendo, e por questões de prudência, optou-se por considerar que todas as pensões a cargo da empresa são anualmente atualizadas.

De referir, ainda, que os cálculos foram efetuados em grupo fechado. Os pressupostos são revistos e atualizados em cada data de relato com base nos dados de mercado disponíveis. O reconhecimento do valor é feito com base da IAS 19.

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Responsabilidades passadas com benefícios pós-emprego	31-dez-2020	31-dez-2019
Valor atual das pensões em pagamento	519 900	544 846
Total	519 900	544 846

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Variação valor presente das responsabilidades	31-dez-2021	31-dez-2020
Valor das responsabilidades inicial	544 846	576 213
Benefícios pagos	(47 761)	(49 163)
Remissão de capital	-	-
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	4 422	4 686
Ganhos e perdas atuariais	18 393	13 109
Transferencia para PIR	-	-
Valor das responsabilidades final	519 900	544 846

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Reconciliação do valor presente	31-dez-2021	31-dez-2020
Valor do Fundo inicial	623 830	653 452
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(47 761)	(49 163)
Remissão em capital	-	-
Comissões de administrador do plano	(4 139)	(3 908)
Retorno real dos ativos	20 298	23 449
Transferencia para PIR	-	-
Valor do Fundo final	592 228	623 830

(montantes expressos em Euros)

Valor atuarial do Fundo reconhecido	31-dez-2021	31-dez-2020
Total das responsabilidades	(519 900)	(544 846)
Valor da quota-parte do fundo	592 228	623 830
Total do reconhecimento do Ativo/(Passivo)	72 329	78 985

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Reconciliação valor presente e do justo valor com os passivos	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativo/(Passivo) inicial	78 985	77 239
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	(18 393)	(13 109)
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	15 205	18 107
(Ganhos) e perdas atuariais por alterações de pressupostos financeiros	-	-
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros	(4 422)	(4 686)
Retorno esperado dos ativos	5 093	5 343
Comissões administrativas do plano	(4 139)	(3 908)
Contribuições para o Fundo	-	-
Ativo/(Passivo) final	72 329	78 985

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte da Mútua, apresentam-se como segue:

31-dez-2021

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,24%)	%
Ações	95 054 167	29,24%	173 172	0,05%
Obrigações taxa fixa	146 904 934	45,19%	267 635	0,08%
Obrigações taxa variável	54 768 110	16,85%	99 778	0,03%
Fundos Imobiliários	2 811 660	0,86%	5 122	0,00%
Hedge Funds	12 001 960	3,69%	21 866	0,01%
Liquidez	13 532 667	4,16%	24 654	0,01%
Total	325 073 497	100%	592 228	0,18%

31-dez-2020

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,34%)	%
Ações	68 333 934	27,30%	166 889	0,07%
Obrigações taxa fixa	125 170 805	50,00%	305 699	0,12%
Obrigações taxa variável	34 236 290	13,68%	83 614	0,03%
Fundos Imobiliários	2 794 954	1,12%	6 826	0,00%
Hedge Funds	7 247 475	2,90%	17 700	0,01%
Liquidez	12 550 242	5,01%	30 651	0,01%
Total	250 333 700	100%	623 830	0,24%

Os pressupostos atuariais apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21	31-dez-20
Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A
Taxa de crescimento do fundo	0,72%	0,85%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,72%	0,85%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe
N.º de pensões pagas anualmente	14	14
Idade da reforma	Estabelecida pela SS	Estabelecida pela SS

12. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Contas a receber por outras operações de seguro direto		
Tomadores	1 658 459	1 611 302
Mediadores	26 109	37 231
Co-seguradores	104 910	107 397
Reembolso de sinistros	263 240	283 282
Sub-total	2 052 718	2 039 212
Perdas por imparidade	(1 298 164)	(1 208 663)
Total	754 554	830 548
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Resseguradores	49 549	463 532
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	7 925	8 183
Fornecedores	41 063	27 798
Pessoal	41 572	27 081
FAT	62 357	64 816
Outros	1 119 619	426 230
Sub-total	1 272 535	554 108
Perdas por imparidade	(17 927)	(17 927)
Total	1 254 608	536 181
Total geral	2 058 711	1 830 261

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	Recibos por cobrar	Outros devedores
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1 074 794	27 927
Reforço	133 869	-
Reversão	-	(10 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 208 663	17 927
Reforço	89 501	-
Reversão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 298 164	17 927

13. Ativos e passivos por impostos

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativos por impostos correntes		
Pagamentos por conta de IRC	-	-
Outros	120 792	29 397
Sub-total	120 792	29 397
Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade	168 448	192 848
Total	289 240	222 245

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Passivos por impostos correntes		
Imposto de selo	128 359	121 936
Taxa para o ANPC	3 364	3 564
Taxa para o INEM	32 133	28 293
Taxa para o FAT	841 828	867 795
Taxa para o ASF	13 275	12 251
Outros	159 643	136 822
Sub-total	1 178 602	1 170 660
Passivos por impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda	523 564	703 347
Imóveis de uso próprio	451 753	371 758
Imóveis de rendimento	179 173	148 708
Sub-total	1 154 490	1 223 812
Total	2 333 092	2 394 472

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2021
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade	192 848	24 400	-	-	-	168 448
Total	192 848	24 400	-	-	-	168 448
Passivos por impostos diferidos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	703 347	-	-	-	(179 782)	523 564
Imóveis de uso próprio	371 758	-	(7 983)	87 978	-	451 753
Imóveis de rendimento	148 708	30 465	-	-	-	179 173
Total	1 223 812	30 465	(7 983)	87 978	(179 782)	1 154 490
		46 882			(91 805)	

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2020
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade	187 549	5 299	-	-	-	192 848
Total	187 549	5 299	-	-	-	192 848
Passivos por impostos diferidos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	581 013	-	-	122 334	-	703 347
Imóveis de uso próprio	373 528	-	(5 356)	3 585	-	371 758
Imóveis de rendimento	143 339	5 369	-	-	-	148 708
Total	1 097 880	5 369	(5 356)	125 919	-	1 223 812
		5 312			125 919	

A conciliação da taxa efetiva de imposto apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		31-dez-2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		729 990		1 135 739
Imposto corrente:	21,00%	153 298	21,00%	238 505
Correções fiscais:				
Encargos e rendimentos não tributados	0,54%	3 940	1,70%	19 273
Imposto sobre o rendimento corrente:	21,54%	157 238	22,70%	257 778

14. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Acréscimos e diferimentos	31-dez-2021	31-dez-2020
Gastos diferidos	68 582	54 350
Total	68 582	54 350

15. Afetação dos investimentos e outros ativos

A afetação dos investimentos e outros ativos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			31-dez-2020		
	Não Vida	Não afetos	Total	Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 245 325	-	1 245 325	1 044 811	531 742	1 576 553
Activos financeiros disponíveis para a venda	28 275 933	9 401	28 285 334	27 311 969	364 620	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	3 001 390	29 800	3 031 190	1 050 226	979 800	2 030 026
Terrenos e edifícios	8 020 986	1 499 676	9 520 662	7 549 178	1 363 808	8 912 986
Outros ativos tangíveis	602 884	-	602 884	290 126	51 169	341 295
Outros ativos intangíveis	37 762	-	37 762	53 615	1 589	55 203
Outros ativos	144 353	-	144 353	207 019	-	207 019
Total	41 328 634	1 538 876	42 867 510	37 506 945	3 292 728	40 799 671

16. Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Provisão para prémios não adquiridos	1 188 803	1 052 219
Provisão para sinistros	20 283 097	19 504 892
Provisão para desvios de sinistralidade	83 500	78 500
Provisão para riscos em curso	-	192 259
Total	21 555 400	20 827 870

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			31-dez-2020		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de trabalho	317 885	(34 457)	283 428	291 465	(43 493)	247 972
Acidentes pessoais	192 181	(21 922)	170 260	178 078	(32 913)	145 166
Incêndio	260	(46)	213	295	(68)	226
Multiriscos	120 767	(14 394)	106 373	122 134	(23 587)	98 547
Marítimo	702 063	(73 535)	628 529	667 266	(106 958)	560 308
Total	1 333 156	(144 353)	1 188 803	1 259 238	(207 019)	1 052 219

O movimento ocorrido na provisão para prémios não adquiridos de seguro direto durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	247 972	35 456	283 428
Acidentes pessoais	145 166	25 094	170 260
Incêndio	226	(13)	213
Multiriscos	98 547	7 826	106 373
Marítimo	560 308	68 221	628 529
Total	1 052 219	136 584	1 188 803

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	283 436	(35 464)	247 972
Acidentes pessoais	170 697	(25 531)	145 166
Incêndio	222	5	226
Multiriscos	96 531	2 016	98 547
Marítimo	576 556	(16 248)	560 308
Total	1 127 442	(75 223)	1 052 219

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros de seguro direto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes de trabalho	16 635 419	14 992 275
Acidentes pessoais	757 157	725 264
Incêndio	0	0
Multiriscos	93 979	88 698
Marítimo	2 796 541	3 698 654
Total	20 283 097	19 504 892

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de seguro direto durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	14 992 275	5 834 169	4 191 025	16 635 419
Acidentes pessoais	725 264	364 980	333 087	757 157
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	88 698	113 784	108 502	93 979
Marítimo	3 698 654	1 219 569	2 121 682	2 796 541
Total	19 504 892	7 532 501	6 754 296	20 283 097

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	14 278 613	4 981 235	4 267 573	14 992 275
Acidentes pessoais	788 721	178 447	241 904	725 264
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	95 151	81 908	88 361	88 698
Marítimo	3 119 269	2 819 271	2 239 886	3 698 654
Total	18 281 754	8 060 860	6 837 723	19 504 892

Impactos das alterações de pressupostos mais significativos nos custos de exercício.

(montantes expressos em milhares de Euros)

Impactos	Variação nas Provisões	
	2021	2020
Cenário A	476	744

Considerámos relevante testar o impacto dum aumento de 25% nas Provisões para sinistros relativas ao ano de 2021, excluindo a Provisão Matemática de AT.

Adicionalmente, procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC. Cenário A Acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos de AT em 25% para o ano de 2021;

Outros Ramos - Acréscimo na Provisão para sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2021

(montantes expressos em milhares de Euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para Sinistros	Acréscimo 25%	476
Custo Médio ou peritagem (ano 2021)		

Procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da verificação do impacto do cenário criado na Provisão para Riscos em curso.

	AT		AP		Incêndio		Multi Riscos		Marítimo	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
PRC	89,45%	93,37%	72,77%	60,21%	71,89%	75,39%	92,61%	89,19%	89,10%	111,84%
Choques										
Cenário A	93,04%	96,80%	77,84%	64,57%	71,89%	75,39%	93,52%	90,03%	90,66%	116,82%

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Incêndio	2 500	2 500
Multiriscos	81 000	76 000
Total	83 500	78 500

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	76 000	5 000	81 000
Total	78 500	5 000	83 500

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	71 000	5 000	76 000
Total	73 500	5 000	78 500

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes pessoais	-	-
Incêndio	-	-
Multiriscos	-	-
Marítimo	-	192 259
Total	-	192 259

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	-	-	-
Incêndio	-	-	-
Multiriscos	-	-	-
Marítimo	192 259	(192 259)	(0)
Total	192 259	(192 259)	(0)

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	106 992	(106 992)	-
Incêndio	-	-	-
Multiriscos	62 685	(62 685)	-
Marítimo	237 174	(44 915)	192 259
Total	406 850	(214 591)	192 259

17. Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Depósitos recebidos de resseguradores	3 157 989	3 805 461
Total	3 157 989	3 805 461

18. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Contas a pagar por outras operações de seguro directo		
Tomadores	492 189	435 411
Mediadores	3 242 547	2 245 384
Co-seguradores	107 793	111 523
Reembolso de sinistros	105 600	124 546
Sub-total	3 948 129	2 916 864
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	149 189	51 395
Contas a pagar por outras operações		
Subscritores de capital	55 521	54 854
Acionistas	149	149
Fornecedores	177 427	90 126
Outros	379 710	343 018
Sub-total	612 807	488 147
Total geral	4 710 125	3 456 407

19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Rendimentos diferidos	236 350	172 359
Acréscimos de gastos	211 334	202 643
Total	447 683	375 002

20. Capital social

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador, sendo variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo 6 milhões de euros, integralmente realizado, correspondendo ao somatório dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capital detidos pela cooperativa. Na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados da Mútua, em 31 de dezembro de 2003, designados por cooperadores iniciais, num total de 174.000 títulos com o valor nominal de 5 euros por título, perfazendo um total de 870.000 euros.

O remanescente capital social, no montante de 5.130.000 euros, é constituído por capital não titulado, propriedade comum da Mútua.

Por último, a reserva do fundo mutualista ascende a 196.766 euros.

21. Reservas

A rubrica das reservas apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Reservas de reavaliação		
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 399 756	3 212 382
Terrenos e edifícios de uso próprio	1 731 849	1 351 392
Sub-total	4 131 605	4 563 774
Reservas por impostos diferidos	(971 441)	(1 063 246)
Outras reservas		
Reserva legal	633 308	586 572
Educação e formação cooperativa	45 371	51 415
Negócios com terceiros	2 435 673	2 199 298
Plano benefícios definidos	(101 212)	(110 765)
Outros	0	1 228 465
Sub-total	3 013 140	3 954 985
Total geral	6 173 304	7 455 514

22. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			31-dez-2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Prémios Brutos Emitidos						
Acidentes de trabalho	6 074 649	(376 320)	5 698 329	5 740 982	(606 662)	5 134 320
Acidentes pessoais	1 044 501	(380 827)	663 674	982 704	(364 692)	618 011
Incêndio	971	(874)	97	1 016	(914)	102
Multiriscos	277 403	(244 020)	33 383	279 118	(226 886)	52 232
Marítimo	3 367 326	(2 569 588)	797 738	3 126 664	(2 249 756)	876 907
Total	10 764 850	(3 571 629)	7 193 221	10 130 482	(3 448 910)	6 681 573
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	26 420	-	26 420	(41 441)	-	(41 441)
Acidentes pessoais	14 103	(12 641)	1 462	(27 179)	15 096	(12 083)
Incêndio	(35)	31	(3)	5	(5)	1
Multiriscos	(1 367)	(18 087)	(19 455)	2 398	17 906	20 304
Marítimo	34 797	(149 805)	(115 008)	(16 672)	139 727	123 056
Total	73 918	(180 502)	(106 584)	(82 889)	172 725	89 836
Total	10 690 932	(3 391 127)	7 299 805	10 213 371	(3 621 635)	6 591 737

23. Custos de exploração

A rubrica dos custos de exploração apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Gastos com o pessoal		
Remunerações		
Órgãos sociais	146 859	73 654
Pessoal	1 128 142	1 123 720
Encargos sobre as remunerações	278 045	260 280
Outros gastos com pessoal	181 002	107 048
Sub-total	1 734 048	1 564 703
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Luz	32 989	32 837
Combustíveis	25 679	20 405
Material de escritório	17 483	21 784
Artigos para oferta	2 829	-
Conservação e reparação	535 879	274 106
Rendas e alugueres	4 333	3 195
Comunicação	96 889	89 832
Deslocações e estadas	43 913	39 560
Seguros	21 811	18 642
Publicidade e propaganda	41 869	42 835
Limpeza, saúde e conforto	22 638	24 613
Contencioso e Notariado	1 109	1 754
Vigilância e segurança	7 860	7 561
Trabalhos especializados	6 150	15 150
Gastos com trabalho independente	259 416	247 089
Quotizações	14 705	14 684
Outros fornecimentos e serviços terceiros	230 505	204 837
Sub-total	1 366 055	1 058 884
Impostos e taxas	120 213	172 965
Depreciações	230 570	134 791
Juros suportados	3 020	3 045
Comissões	50 042	47 802
Total geral	3 503 948	2 982 190

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Mútua procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma, apresentando-se também registadas nas seguintes rubricas da demonstração de ganhos e perdas:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021				
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	Total
Gastos imputados					
Gastos com o pessoal	525 234	491 928	583 954	132 932	1 734 048
Fornecimento e serviços de terceiros	413 771	387 533	460 029	104 722	1 366 055
Impostos e taxas	72 941	8 273	18 780	20 219	120 213
Depreciações	69 838	65 410	77 646	17 675	230 570
Juros suportados	-	-	-	3 020	3 020
Comissões	-	-	-	50 042	50 042
Sub-total	1 081 784	953 145	1 140 409	328 610	3 503 948
Custos técnicos	3 718 814	-	-	106 443	3 825 258
Comissões de mediação	-	210 360	133 762	-	344 122
Total	4 800 599	1 163 505	1 274 171	435 053	7 673 327

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020				
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	Total
Gastos imputados					
Gastos com o pessoal	514 161	412 143	532 781	105 617	1 564 703
Fornecimento e serviços de terceiros	347 949	278 910	360 550	71 475	1 058 884
Impostos e taxas	126 848	7 888	17 881	20 349	172 965
Depreciações	44 292	35 504	45 896	9 098	134 791
Juros suportados	-	-	-	3 045	3 045
Comissões	-	-	-	47 802	47 802
Sub-total	1 033 251	734 445	957 108	257 386	2 982 190
Custos técnicos	3 820 747	-	-	107 227	3 927 974
Comissões de mediação	-	196 986	130 484	-	327 470
Total	4 853 998	931 431	1 087 593	364 613	7 237 634

24. Comissões recebidas de contratos de seguro

As comissões recebidas de contratos de seguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes pessoais	213 022	247 056
Incêndio	383	385
Multiriscos	81 968	89 254
Marítimo	920 128	532 774
Total	1 215 501	869 469

25. Rendimentos financeiros

A rubrica de rendimentos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida				
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	615 966	10 857	626 823
Outros				-
Imóveis de rendimento	195 848	-	-	195 848
Empréstimos e contas a receber	-	1 319	-	1 319
Investimentos não afectos				-
Outros				
Imóveis de rendimento	32 700	-	-	32 700
Empréstimos e contas a receber	-	1 268	-	1 268
Total	228 548	618 552	10 857	857 957

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida				
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	609 144	11 096	620 240
Outros				
Imóveis de rendimento	208 267	-	-	208 267
Empréstimos e contas a receber	-	1 743	-	1 743
Investimentos não afectos				
Outros				
Imóveis de rendimento	36 830	-	-	36 830
Empréstimos e contas a receber	-	316	-	316
Total	245 097	611 203	11 096	867 396

26. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Outros gastos de investimentos	106 443	-	106 443
Outros			
Outros gastos de investimentos	316 320	12 290	328 610
Total	422 763	12 290	435 053

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
Impostos sobre o rendimento diferido			
Outros gastos de investimentos	106 549	678	107 227
Outros			
Outros gastos de investimentos	247 348	10 038	257 386
Total	353 898	10 716	364 613

27. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 696	(240)	28 456
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	201 897	(66 497)	135 400
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
Total	230 594	(66 737)	163 856

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 805	(1 380)	20 425
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	91 650	(48 264)	43 386
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
Total	113 455	(49 644)	63 811

28. Perdas por imparidade (líquidas de reversão)

O movimento nas perdas por imparidade, líquidas de reversão, foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	670 712	896	-	27 958	643 649
Imparidade de outros	105 009	-	-	-	105 009
Total	775 720	896	-	27 958	748 658

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	701 122	23 551	-	53 961	670 711
Imparidade de outros	132 430	-	-	27 421	105 009
Total	833 552	23 551	-	81 382	775 720

29. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros	28 845	28 162
Rendimentos e ganhos financeiros		
Sub-total	28 845	28 162
Gastos e perdas não correntes		
Fornecimentos e serviços de terceiros	(296 244)	(335 323)
Gastos com pessoal	(1 163 196)	(1 135 939)
Outros	(101 950)	(135 987)
Sub-total	(1 561 391)	(1 607 250)
Total geral	(1 532 546)	(1 579 088)

29.1 Rédito de comissionamento

O Rédito de comissionamento advém da nossa participada Ponto Seguro.

Estes rendimentos resultam das comissões de mediação, que em 31 de dezembro de 2021 ascenderam a 1.754.750€, e em 31 de dezembro de 2020 totalizaram 1.892.458€.

30. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 245 325	1 245 325
Activos financeiros disponíveis para a venda	28 285 334	-	-	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	-	-	3 031 190	3 031 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 058 711	2 058 711
Total do Ativo	28 285 334	-	6 335 226	34 620 559

	Ao justo valor por via de resultados	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	4 710 125	4 710 125
Total do Passivo	-	7 868 115	7 868 115

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2020				
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 576 553	1 576 553
Activos financeiros disponíveis para a venda	27 676 589	-	-	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 030 026	2 030 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 830 261	1 830 261
Total do Ativo	27 676 589	-	5 436 840	33 113 430

	Ao justo valor por via de resultados	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	3 456 407	3 456 407
Total do Passivo	-	7 261 867	7 261 867

31. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os “inputs” que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam “inputs” que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

(montantes expressos em Euros)

	2021		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 245 325	1 245 325
Activos financeiros disponíveis para a venda	28 285 334	-	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	-	3 031 190	3 031 190
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 595 537	-	4 595 537
Terrenos e edifícios de rendimento	4 925 126	-	4 925 126
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	2 058 711	2 058 711
Total do Ativo	37 805 996	6 335 226	44 141 222
Passivo			
Outros passivos financeiros		3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações		4 710 125	4 710 125
Total do Passivo	-	7 868 115	7 868 115

(montantes expressos em Euros)

	2020		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 576 553	1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 676 589	-	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	-	2 030 026	2 030 026
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 114 514	-	4 114 514
Terrenos e edifícios de rendimento	4 798 472	-	4 798 472
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	1 830 261	1 830 261
Total do Ativo	36 589 575	5 436 840	42 026 415
Passivo			
Outros passivos financeiros		3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações		3 456 407	3 456 407
Total do Passivo	-	7 261 867	7 261 867

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 245 325	1 245 325
Activos financeiros disponíveis para a venda	28 285 334	-	-	-	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	3 031 190	3 031 190
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	4 595 537	-	-	4 595 537
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 925 126	-	-	4 925 126
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 058 711	2 058 711
Total do Ativo	28 285 334	9 520 663	-	6 335 226	44 141 222
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	4 710 125	4 710 125
Total do Passivo	-	-	-	7 868 115	7 868 115

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 576 553	1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 676 589	-	-	-	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	2 030 026	2 030 026
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	4 114 514	-	-	4 114 514
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 798 472	-	-	4 798 472
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 830 261	1 830 261
Total do Ativo	27 676 589	8 912 986	-	5 436 840	42 026 415
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 456 407	3 456 407
Total do Passivo	-	-	-	7 261 867	7 261 867

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 245 325	1 245 325
Activos financeiros disponíveis para a venda	28 285 334	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	3 031 190	3 031 190
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 595 537	4 595 537
Terrenos e edifícios de rendimento	4 925 126	4 925 126
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 058 711	2 058 711
Total do Ativo	44 141 222	44 141 222
Passivo		
Outros passivos financeiros	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 710 125	4 710 125
Total do Passivo	7 868 115	7 868 115

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 576 553	1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 676 589	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	2 030 026	2 030 026
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 114 514	4 114 514
Terrenos e edifícios de rendimento	4 798 472	4 798 472
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 830 261	1 830 261
Total do Ativo	42 026 415	42 026 415
Passivo		
Outros passivos financeiros	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 456 407	3 456 407
Total do Passivo	7 261 867	7 261 867

A Administração do Grupo considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

32. Gestão de riscos, objetivos e políticas

A gestão dos riscos é assumida por todo o Grupo e é vista como suporte a uma estratégia de crescimento sustentável.

O sistema de gestão de riscos do Grupo compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta.

Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente o Grupo ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Um dos principais objetivos do Grupo é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, cooperadores, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, o Grupo adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

Risco de mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira do Grupo derivadas de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Os instrumentos financeiros que o Grupo dispõe encontram-se expostos aos riscos de mercado (Risco de taxa de Juro, Risco Acionista, Risco Imobiliário, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito.

O Grupo não se encontra exposto ao risco cambial.

As decisões e orientações do Grupo sobre os seus investimentos, em muito condicionam a exposição ao risco de mercado, tendo, portanto, grande relevância o estipulado na política de investimentos, avaliação de ativos e passivos e cálculo de capital.

Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na Política de Investimento em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Dada a nossa exposição a obrigações de taxa fixa, consideramos relevante a componente do risco de taxa de juro no risco de mercado.

Risco de taxa de juro

Na carteira de ativos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses ativos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos ativos com entradas de caixa fixas, reduz-se e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em ativos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa de juro também afeta ativos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixados, para um determinado prazo.

À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 245 325	1 245 325
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 922 420	987 052	375 862	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	3 001 390	-	29 800	3 031 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 792 776	1 792 776
Total do Ativo	29 923 810	987 052	3 443 762	34 354 625
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	4 710 125	4 710 125
Total do Passivo	-	-	7 868 115	7 868 115

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 576 553	1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	25 725 632	1 047 603	903 354	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	2 030 026	-	-	2 030 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 830 261	1 830 261
Total do Ativo	27 755 658	1 047 603	4 310 169	33 113 430
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 456 407	3 456 407
Total do Passivo	-	-	7 261 867	7 261 867

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(1 767 991)	(910 988)	1 767 991	910 988
Total	(1 767 991)	(910 988)	1 767 991	910 988

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(1 597 727)	(823 536)	1 597 727	823 536
Total	(1 597 727)	(823 536)	1 597 727	823 536

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco do Grupo incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que o Grupo se encontra exposto ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros;
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O Grupo procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição a risco de crédito apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 245 325	-	1 245 325
Ativos financeiros disponíveis para a venda	28 928 983	643 649	28 285 334
Empréstimos e contas a receber	3 136 199	105 009	3 031 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 374 802	1 316 091	2 058 711
Total do Ativo	36 685 309	2 064 749	34 620 559

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 576 553	-	1 576 553
Activos financeiros disponíveis para a venda	28 347 301	670 712	27 676 589
Empréstimos e contas a receber	2 135 035	105 009	2 030 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 056 852	1 226 590	1 830 261
Total do Ativo	35 115 741	2 002 311	33 113 430

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Depósitos em instituições de crédito		
BB+	300 000	300 000
BB-	150 000	-
B-	451 000	-
N/D	2 100 000	750 000
Sub-total	3 001 000	1 050 000
Ativos financeiros disponíveis para venda		
AAA	-	-
AA+	-	-
AA	2 298 640	2 466 030
AA-	1 755 965	1 798 950
A	619 630	121 690
A-	5 225 865	5 679 205
BBB+	426 040	477 150
BBB	10 134 424	5 886 738
BBB-	942 850	5 823 560
BB+	919 450	1 011 585
BB-	1 467 595	804 100
B+	810 660	93 440
BB	92 750	326 030
N/D	2 708 875	1 992 319
Sub-total	27 402 744	26 480 797
Total geral	30 403 744	27 530 797

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	115 137	114 963	230 751	129 548	43 721	377 220	(931 995)	79 345
Acidentes pessoais	12 398	16 760	29 458	13 960	4 988	66 468	(104 423)	39 609
Incêndio e elementos da natureza	19	-	-	135	-	267	(154)	266
Multiriscos	238	2 407	1 403	1 819	966	77 503	(78 781)	5 555
Marítimo	21 636	54 762	125 078	47 420	44 611	115 603	(182 811)	226 299
Total	149 428	188 892	386 689	192 882	94 286	637 061	(1 298 164)	351 074

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	118 709	80 788	186 423	214 259	71 709	336 314	(849 487)	158 715
Acidentes pessoais	14 027	15 686	18 843	23 825	7 945	65 208	(122 657)	22 877
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	135	-	132	(115)	152
Multiriscos	1 285	1 918	4 374	2 795	338	81 056	(83 662)	8 104
Marítimo	21 542	40 645	56 855	119 848	25 146	65 598	(152 743)	176 892
Total	155 563	139 038	266 496	360 862	105 138	548 308	(1 208 663)	366 740

Risco de liquidez

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a atividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os ativos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da atividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades do Grupo. Desta forma, o Grupo avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021								Total	
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeter-minado		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 245 325	-	-	-	-	-	-	-	-	1 245 325
Ativos financeiros disponíveis para a venda	102 593	-	510 952	1 029 676	2 191 756	1 026 040	5 863 435	17 560 882		28 285 334
Empréstimos e contas a receber	-	150 003	1 101 234	1 750 153	-	-	-	29 800		3 031 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	586 407	378 472	443 808	602 807	-	-	39 293	7 924		2 058 710
Total do Ativo	1 934 324	528 475	2 055 994	3 382 636	2 191 756	1 026 040	5 902 727	17 598 606		34 620 559
Passivo										
Outros passivos financeiros	-	-	3 157 989	-	-	-	-	-		3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	981 061	-	307 281	3 366 113	-	-	-	55 670		4 710 125
Total do Passivo	981 061	-	3 465 271	3 366 113	-	-	-	55 670		7 868 115
Total da posição líquida	953 264	528 475	(1 409 277)	16 523	2 191 756	1 026 040	5 902 727	17 542 936		26 752 444

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020								Total	
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeter-minado		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 576 553	-	-	-	-	-	-	-		1 576 553
Ativos financeiros disponíveis para a venda	517 067	-	-	181 307	1 521 837	2 352 362	3 109 256	19 994 760		27 676 589
Empréstimos e contas a receber	-	200 000	1 200 226	600 000	-	-	-	29 800		2 030 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	628 187	173 359	107 397	463 532	195 081	5 940	-	256 765		1 830 261
Total do Ativo	2 721 807	373 359	1 307 623	1 244 839	1 716 918	2 358 302	3 109 256	20 281 325		33 113 429
Passivo										
Outros passivos financeiros	-	-	3 805 461	-	-	-	-	-		3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	928 285	-	163 324	2 309 944	-	-	-	54 854		3 456 407
Total do Passivo	928 285	-	3 968 785	2 309 944	-	-	-	54 854		7 261 868
Total da posição líquida	1 793 522	373 359	(2 661 162)	(1 065 105)	1 716 918	2 358 302	3 109 256	20 226 471		25 851 561

Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal, dos sistemas ou ainda de eventos externos.

Está associado assim a eventos como fraudes, falhas de sistemas, não cumprimento de normas e regras estabelecidas, falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio, entre outros.

O objetivo do Grupo é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

Risco do Seguro

No Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

i. No Desenho de Produtos (novo produto)

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pelo Grupo;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da Mútua.

ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentando-se os seus princípios como segue:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pelo Grupo e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos “plafonds” para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador;

- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade;
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

Multiriscos

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Por princípio, não são realizadas cobertura de Riscos Industriais;
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do Proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem;
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco;
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

iii. Risco de prémio

- O risco dos prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub-tarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise são tomados em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos;
- São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes;
- É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. Risco de provisionamento

- Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado;
- No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento;
- A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais. A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro

e excluindo em Acidentes de trabalho as responsabilidades vida (provisões matemática e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-21	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	Ano de Ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	3 130 952	3 131 101	3 131 281	
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	4 203 963	4 289 677	4 295 442		
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	3 192 873	3 228 614	3 258 647			
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	3 813 110	3 840 979	3 834 277				
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	4 381 541	4 419 603	4 478 322					
2017	1 935 842	3 432 535	3 538 254	3 682 623	3 686 892						
2018	2 111 894	3 279 939	3 460 506	3 560 380							
2019	2 889 016	4 671 361	4 937 977								
2020	2 149 026	3 714 970									
2021	2 161 187										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-21	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	Ano de Ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	3 134 949	3 133 357	3 132 356	
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	4 624 084	4 459 486	4 456 032		
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	3 245 687	3 239 738	3 268 588			
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	3 984 012	3 865 939	3 886 404				
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	4 611 474	4 600 440	4 612 259					
2017	4 373 225	4 043 344	4 021 395	4 174 959	4 139 030						
2018	4 282 031	4 293 998	4 190 552	3 985 594							
2019	5 410 520	5 232 377	5 202 499								
2020	5 146 621	4 711 315									
2021	4 065 154										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2020	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	Ano de Ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902	4 427 932	4 452 324	
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	3 130 952	3 131 101		
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	4 203 963	4 289 677			
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	3 192 873	3 228 614				
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	3 813 110	3 840 979					
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	4 381 541	4 419 603						
2017	1 935 842	3 432 535	3 538 254	3 682 623							
2018	2 111 894	3 279 939	3 460 506								
2019	2 889 016	4 671 361									
2020	2 149 026										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2020	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	Ano de Ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276	4 529 103	4 543 780	
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	3 134 949	3 133 357		
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	4 624 084	4 459 486			
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	3 245 687	3 239 738				
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	3 984 012	3 865 939					
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	4 611 474	4 600 440						
2017	4 373 225	4 043 344	4 021 395	4 174 959							
2018	4 282 031	4 293 998	4 190 552								
2019	5 410 520	5 232 377									
2020	5 146 621										

v. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos. No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação. Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

vi. Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, o Grupo celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentado os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos não vida	Tipo de resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

Comportamento da carteira de não-vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como segue:

Ramos	Ac.Trabalho		Ac.Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Rácio Sinistralidade	96%	86%	35%	18%	0%	0%	41%	29%	37%	89%	70%	79%
Rácio de Despesas	23%	20%	24%	21%	22%	25%	28%	22%	23%	20%	23%	20%
Rácio Combinado	119%	106%	59%	39%	22%	25%	69%	51%	61%	109%	94%	99%

33. Gestão de capital

O Grupo privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. O Grupo gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento da Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que o Grupo dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2021 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado nos termos do normativo aplicável.

34. Compromissos e contingências

As garantias concedidas pelo Grupo apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Petrogal	6 210
Millennium BCP	Tribunal de Trabalho de Lisboa	9 976
BPG	Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo	22 475

A Mútua celebrou contratos de locação operacional, como locadora relativamente aos terrenos e edifícios de rendimento. Os contratos de locação têm em média 3 anos, apresentando-se com os compromissos como segue:

(montantes expressos em Euros)

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
31-dez-2020	130 335	98 425	16 337
31-dez-2019	135 657	90 965	15 675
Total	265 991	189 390	32 012

35. Empresas incluídas na consolidação

As entidades incluídas na consolidação, são a empresa mãe MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. e a subsidiária Ponto Seguro – Empresa Mediadora de Seguros, S.A., cujo capital social é detido em 100% e que consolida pelo método integral.

As remunerações do pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2021, as remunerações ao pessoal-chave de gestão ascendeu a 372.996 euros (284.938 euros em 2020).

36. Acontecimentos após a data de balanço

O Grupo prevê que o desenvolvimento da guerra na Ucrânia possa ter implicações significativas na economia mundial, afetando também a atividade seguradora. Sendo neste momento impossível estimar com fiabilidade os possíveis impactos económicos, o Grupo estima que as medidas implementadas e o atual nível de fundos próprios, permitam assegurar a continuidade das operações, bem como os compromissos financeiros assumidos e a manutenção de um nível de solvência adequado.

37. Outros assuntos

O Revisor Oficial de Contas, para além do serviço de Revisão Legal de Contas, prestou os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentação em vigor:

- Relatório do Revisor Oficial de contas sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno quando aos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e à política antifraude nos termos do n.º 2 da circular da ASF n.º 1/2017;

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos Termos da alínea do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O Contabilista Certificado

António dos Santos Monteiro
CC 31942

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)
Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)
Arsénio Marques Caetano
Joaquim Manuel Simplício Anacleto
Jerónimo Gomes Viana
José Luis Marques Cabrita
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação das Contas Consolidadas, MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL./PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, SA. preparadas pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2021.

2. A pandemia Covid-19 persistiu em 2021 com contornos menos graves e evolução favorável, resultado das medidas aplicadas e da elevada taxa de vacinação o que não deixou de continuar a afetar a vida das pessoas. As medidas de natureza diversa de apoio ao sector mantiveram-se em 2021 onde o impacto do surto pandémico COVID-19 não podia deixar de afetar a atividade da Mútua e da Ponto Seguro, no entanto, o esforço de toda a estrutura, só possível com o empenho e dedicação de todos, dirigentes, trabalhadores e colaboradores, resulta numa avaliação positiva.

O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas acompanhou, durante o exercício, a atividade e gestão da Mútua dos Pescadores em todas as matérias do seu âmbito de competências e informação sobre a actividade da Ponto Seguro desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Examinámos os registos e documentos de suporte das contas consolidadas, analisámos o Relatório de Gestão, a Demonstração da posição financeira (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração das variações no capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral e as Notas às Demonstrações Financeiras consolidadas. Apreciamos e tomamos em consideração a Certificação Legal das Contas emitida pelos auditores externos, sem reservas ou ênfases, obtendo, sempre, todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido, as Demonstrações Financeiras Consolidadas, elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes.

3. As contas consolidadas apresentam um Activo Líquido de 48 717 667€, um Passivo de 32 724 189€, Capital Próprio de 15 993 478€ e um Resultado Líquido do exercício consolidado após impostos de 525 870€ depois dos devidos ajustamentos em conformidade com as IFRS's em vigor e das transações entre empresas.

4. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2021 tal como foram apresentados pela Administração;

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de Maio de 2022

O CONSELHO FISCAL

Frederico Fernandes Pereira, Presidente

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Vogal

Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
 JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
 CARLOS MANUEL GRENHA
 JOÃO CARLOS CRUZEIRO
 PEDRO MIGUEL MANSO
 MARIA BALBINA CRAVO
 OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 48.717.667 euros e um total de capital próprio de 15.993.478 euros, incluindo um resultado líquido de 525.870 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 7

Inscrita na OROC sob o n.º 23
 Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
 Capital Social € 15000
 N.º de Matrícula/NIPC 501266259
 Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
 Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
 8.º piso, Fração B.02
 1070-061 Lisboa, Portugal
 T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
 www.orazroc.pt - E-mail: geral@orazroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
 Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
 2415-396 Leiria, Portugal
 T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
 Centro Empresarial Capitélio
 Av. de França, 25A, 6.º, Sala 6.4
 4050-276 Porto, Portugal
 T: +351 228 324 132

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização dos Ativos financeiros disponíveis para venda (incluindo as perdas por imparidade) (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.4 e 5 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>As demonstrações financeiras do Grupo, em 31 de dezembro de 2021, incluem no seu balanço ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor, no montante de 28.285.334 euros (27.676.589 euros em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>Estes ativos representam a rubrica mais significativa do Grupo.</p> <p>A mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor (incluindo a determinação das perdas por imparidade), encontra-se detalhada nas políticas contabilísticas constantes na nota 2.4.4 das notas anexas às demonstrações financeiras.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado à determinação da valorização e perdas por imparidade dos instrumentos financeiros.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar os instrumentos financeiros incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Teste à valorização da carteira dos instrumentos financeiros; • Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; • Aferição e avaliação quanto à exposição a títulos com origem Russa ou Bielorrussa; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.
Valorização dos Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.5 e 2.4.6, 7 e 8 das notas anexas às demonstrações financeiras)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2021, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 4.595.537 euros e 4.925.126 euros, respetivamente (4.114.514 euros e 4.798.472 euros em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>O Grupo utiliza avaliadores externos profissionalmente</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como

<p>qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo de mercado, pelo método do custo de reposição e pelo método de rendimento.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos avaliadores externos.</p>	<p>relevantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias de valorização dos imóveis; • Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis; • Avaliação da competência dos avaliadores externos; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.
<p>Mensuração das Provisão para sinistros de seguro direto (Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros de seguro direto apresentadas nas notas 2.4.17 e 16 das notas anexas às demonstrações financeiras).</p>	
<p style="text-align: center;">Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</p> <p>A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades da Grupo, ascendendo a 20.283.097 euros em 31 de dezembro de 2021 (19.504.892 euros em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o julgamento significativo por parte do órgão de gestão.</p>	<p style="text-align: center;">Síntese da abordagem de auditoria</p> <p>Os procedimentos efetuados para validar a mensuração das provisões matemáticas e passivos financeiros incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Testes efetuados às fontes de informação do Grupo; • Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura; • Seleção de amostras para execução de testes de detalhe; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a

- esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
 - das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas

matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos Revisores Oficiais de Contas da **MÚTUA DOS PESCADORES - MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L.** (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez em assembleia geral de cooperadores, realizada em 20 de março de 2016 para o exercício de 2016.
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores realizada em 19 de março de 2017, para um segundo mandato, compreendido entre 2017 e 2020.
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores realizada em 26 de março de 2021, para um terceiro mandato, compreendido entre 2021 e 2024.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento

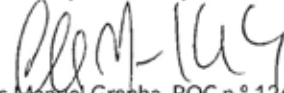
e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em à mesma data do presente relatório;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de maio de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por



Carlos Mandel Grehha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877



Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6.º, 7.º, 8.º - 1050-202 Lisboa
T + 351 21 393 63 00 | F + 351 21 393 63 10 | geral@mutuapescadores.pt

www.mutuapescadores.pt

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616
Registada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 1020, no Ramo Não Vida
NIPC 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros